

A CONJUNTURA NOS ANOS 80

2ª PARTE

Volume XIII - Número 1 - Janeiro/Março 1985

POLÍTICA ECONÔMICA

A essência das dificuldades de controle monetário resulta da obrigatoriedade do lançamento de novos títulos, em parte, para pagar os próprios encargos financeiros decorrentes desses depósitos, com repercussões inevitáveis sobre o déficit público. Esse fato remete a uma outra questão, qual seja, a própria renegociação da dívida interna. Argumenta-se que o volume da mesma ainda não atingiu o seu ponto crítico, não só comparativamente a outros países (em proporção ao PIB), como pelo fato de que apenas pouco mais da metade dos títulos se encontra efetivamente em poder do público. A recuperação do controle monetário, portanto, passa a depender de uma decisão corajosa em relação aos depósitos em moeda estrangeira, condição necessária para devolver a funcionalidade da dívida pública, hoje inteiramente comprometida com seu próprio giro.

Alarmado pela aceleração dos aumentos dos preços industriais, o Governo resolveu reintroduzir, no final do trimestre, o controle de preços para uma lista de produtos, recuperando um instrumento de combate à inflação inteiramente desgastado na gestão anterior. Essa preocupação com a evolução dos preços industriais é justificada a partir da constatação de que a sua expansão vinha se dando em ritmo superior ao da média dos preços da economia. Em 1984, mais de uma centena de manufaturados apresentaram altas superiores à inflação do ano (224%), em alguns casos chegando mesmo a alcançar a casa dos 500%. A eficácia do controle de preços não deve ser superdimensionada, pois não será surpresa se o futuro reservar uma nova rodada de reajustes corretivos, deslocando o patamar da inflação cada vez mais para o alto.

AGRICULTURA

Genericamente, pode-se concluir que a última safra gaúcha de verão poderá situar-se em 12,27 milhões de toneladas. Tal montante, se confirmado, praticamente repete o volume de produção obtido na safra 1983/84, quando então foram colhidas cerca de 12,35% milhões de toneladas.

A comercialização da recém-colhida safra de grãos 1984/85 vem-se realizando de maneira problemática. Em primeiro lugar, nunca na história recente da agricultura brasileira se teve notícias de tamanha escassez de recursos creditícios para comercialização. Em segundo lugar - como decorrência em parte desse primeiro fato -, os preços recebidos pelos produtores têm-se situado, de uma maneira generalizada, em níveis inferiores aos preços mínimos governamentais.

INDÚSTRIA

O início de um segundo ano com resultados positivos para a produção industrial brasileira parece confirmar a tendência à retomada do crescimento. O ano de 1985 traz também a possibilidade de modificação da orientação da política econômica que, conforme a Nação consensualmente espera, deverá abandonar a fatal estratégia recessiva. É nesse momento de alteração do quadro político e econômico que se faz necessário desvendar os caminhos prováveis por onde deve-se encaminhar a economia brasileira para que a política industrial se faça com vistas ao longo prazo e não apenas para sanar os problemas - ainda que gravíssimos - de curto prazo.

É fato conhecido que, no ano passado, o crescimento das exportações (diretas e indiretas) foi o motor da recuperação industrial: cerca de 30% do aço produzido no Brasil foi exportado. Em função dessas exportações e de seus reflexos sobre o mercado interno, a produção siderúrgica atingiu os níveis de 1980 (auge desta produção no Brasil).

CONSTRUÇÃO CIVIL

Nos últimos meses de 1984, houve uma pequena melhora das vendas no mercado imobiliário, provocando queda no enorme estoque de imóveis à venda existente nos principais centros do País. Essa relativa recuperação das vendas deve-se tanto às medidas tomadas pelo BNH em setembro - a criação do bônus de desconto nas prestações e o anúncio da reintrodução da equivalência salarial - como à reorientação das construtoras para empreendimentos de alto luxo. Tal reorientação tem ocorrido, em geral, em operações com base no preço de custo, que dispensa o financiamento do SFH e tem crescido em importância.

As cadernetas de poupança apresentaram graves problemas no primeiro trimestre de 1985. Durante todo o período houve uma tendência de crescimento dos saques, que, em alguns momentos, superaram os depósitos.

No Rio Grande do Sul, as cadernetas de poupança tiveram um comportamento ainda mais decepcionante, experimentando um decréscimo real bastante forte (5,28%) no primeiro trimestre. Esse resultado foi bastante condicionado pela liquidação das sociedades de crédito imobiliário Sulbrasileiro e Habitasul, fato que provocou fuga de muitos recursos.

COMÉRCIO INTERNO

As vendas do comércio varejista em 1984 ficaram 5,1% abaixo das verificadas no ano anterior. Desse modo, é o segundo ano consecutivo de retração do setor. Tal desempenho contrasta com a euforia que tomou conta do setor no segundo semestre de 1984, quando as vendas se tornaram ascendentes. Esse comportamento foi motivado pela estabilização do nível de desemprego, liberação dos recursos do PIS/PASEP, devolução do Imposto de Renda, bônus do BNH e, principalmente, por uma política salarial mais branda por parte do setor privado.

No Estado os resultados relativos ao desempenho do comércio varejista em 1984 não foram favoráveis. A arrecadação do ICM do comércio varejista - indicador do

nível da atividade do Estado - apresentou uma queda de 13,21%. Em Porto Alegre, segundo o Clube dos Diretores Lojistas (CDL) a queda nas vendas foi de 23,76%, sendo de 20,87% no ramo mole e de 26,71% no ramo duro.

COMÉRCIO EXTERNO

O ano de 1984 encerrou com um saldo positivo de US\$ 13,089 bilhões na balança comercial, tendo as exportações alcançado a cifra de US\$ 27,005 bilhões, com um acréscimo de 23,31% sobre o ano anterior. Por outro lado, as importações com valores de US\$ 13,916 bilhões caíram 9,81% em relação ao registrado no ano de 1983. O carro-chefe das exportações brasileiras continuou sendo os produtos industrializados responsáveis por 66,39% da pauta de exportação do País e com um incremento de 37,31% nas vendas sobre o ano de 1983.

Dentre os fatores que contribuíram para o aumento da venda de produtos brasileiros ao Exterior, especialmente os industrializados, merecem destaque, a nível interno, a política cambial, que acompanhou os níveis de variação do IGP durante todo o ano, e a política salarial que permitiu uma redução no custo do trabalho em quase todos os ramos ligados ao setor exportador. A nível externo, o crescimento da economia norte-americana, aliado ao enorme déficit comercial dos EUA, permitiu uma maior penetração de produtos brasileiros nesse mercado, favorecendo sobremaneira a balança comercial do Brasil.

Já as exportações gaúchas durante o ano de 1984 não acompanharam o crescimento das vendas externas a nível nacional, dado que seu crescimento foi de apenas 9,43%, devido ao fraco desempenho dos produtos básicos que tiveram uma queda de receita da ordem de 17,41%, enquanto a venda desses produtos pelo País elevou-se em 2,71%. Merece destaque a evolução das exportações de produtos semimanufaturados, as quais apresentaram um crescimento em torno de 128%. Os manufaturados, porém, cresceram abaixo da média nacional, pois enquanto suas

exportações a nível de Brasil se elevaram em quase 34%, a nível de Rio Grande do Sul esse aumento foi de aproximadamente 21%.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Depositário da imagem de único segmento até aqui invulnerável à crise econômica, o sistema financeiro foi abalado em fevereiro pelas intervenções dos Bancos Sulbrasileiro e Habitasul. Recompuesto do impacto inicial, sobretudo depois que o Banco Central impediu que os efeitos se alastrassem pelo resto do sistema, o setor passou a acompanhar com atenção o desfecho do caso na arena política.

GOVERNO

O resultado entre a receita e a despesa do Tesouro Nacional, no primeiro trimestre de 1985, atingiu um superávit de Cr\$ 3,78 trilhões. O comportamento da receita tributária foi positivo neste período, crescendo, em termos reais, 24,60%. A principal fonte de receita foi o Imposto de Renda (IR) que aumentou 35,42%, refletindo principalmente um maior recolhimento do IR na fonte e o recolhimento antecipado do IR efetuado pelas empresas.

O principal imposto a cargo do Estado (o ICM) apresentou no primeiro trimestre de 1985 um crescimento real de 2,16% em relação a igual período de 1984, expressando uma pequena melhora na sua arrecadação. Deve-se levar em conta que esse resultado foi favorecido pela base de comparação do ano anterior, a qual era muito reduzida. Um dos principais problemas que afligem as finanças estaduais é o elevado montante da dívida pública. A perda da capacidade de gerar e arrecadar recursos tributários pelos estados conduziu-os a um maior endividamento para fazer frente às suas despesas crescentes. A dívida total do Estado atingiu Cr\$ 4,3 trilhões no final de 1984, enquanto em 1983 atingiu Cr\$ 1,1 trilhão. Tal crescimento, que foi de 25,06% em termos reais, deveu-se muito mais à variação das correções monetária e cambial do que a novas operações efetuadas.

AGRICULTURA

A comercialização da última safra de verão para as culturas de milho, soja, feijão, arroz e algodão foi marcada por uma acentuada deterioração nos preços recebidos pelos produtores. Como consequência, os preços de mercado situaram-se, em não raros momentos, em níveis inferiores aos fixados pela política de garantia de preços mínimos. Com isso, as autoridades governamentais viram-se obrigadas a realizar vultosas operações de Aquisições do Governo Federal (AGF) que se por um lado exigiram uma substancial expansão não planejada sobre a base monetária, por outro, deram origem a um expressivo estoque governamental de produtos agrícolas.

De uma produção para o Centro-Sul — incluindo as culturas de feijão, arroz em casca, soja, algodão, milho e amendoim — estimada em 46,118 milhões de toneladas, cerca de 4,559 milhões de toneladas foram adquiridas pelo Governo Federal. Tal montante torna-se extraordinariamente expressivo e revela uma nova e eficaz postura governamental no tratamento dispensado à atividade agrícola nacional. As vultosas aquisições da produção impediram que a comercialização da safra ao longo do trimestre em questão fosse um desastre total —, respeitadas única e exclusivamente as condições ditadas pelo mercado — e que se refletiriam certamente em expressivas reduções nas áreas de plantio para a safra 1985/86.

No balanço geral da produção esperada das principais culturas gaúchas de verão da safra de 1984/85 relativamente a 1983/84, pode-se assegurar que os ganhos físicos previstos com a colheita de milho, arroz e soja mais que superarão as prováveis perdas físicas com feijão e batata-inglesa, o que resultará em uma safra gaúcha bastante satisfatória em volume de produção.

INDÚSTRIA

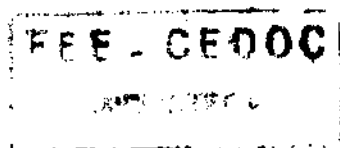
Devido a uma série de fatores, a indústria de transformação brasileira não manteve, no segundo trimestre de 1985, o mesmo ritmo de crescimento que vinha obtendo desde o ano passado. Evidentemente que a desaceleração de ser reflexo de acontecimentos estritamente circunstanciais que não deverão alterar substancialmente a tendência geral. É necessário, mesmo assim, atentar para os fatores que provocaram esse arrefecimento no sentido de desvendar suas possibilidades de efetivamente ameaçarem a continuidade da recuperação industrial.

A desaceleração mais acentuada no trimestre em questão localizou-se na indústria de bens de consumo duráveis, cuja firme recuperação havia começado em junho de 1984. Segue-a de perto a indústria de bens de capital que, mesmo assim, permaneceu acima da média da indústria de transformação. Também o setor de bens intermediários — que em 1984 liderou a recuperação industrial — reduziu seu crescimento, porém a um ritmo mais moderado que os dois anteriores. Assim, apenas a indústria de bens de consumo não duráveis continuou crescendo lentamente como vem ocorrendo desde o ano passado, permanecendo abaixo da média industrial.

A indústria de transformação gaúcha cresceu 6,99% no segundo bimestre de 1985, com relação a igual período do ano anterior (contra -0,4% no segundo bimestre de 1984), e 2,3% em comparação com o primeiro bimestre do ano (contra -3,81% no primeiro bimestre de 1985).

**CONSTRUÇÃO
CIVIL**

O primeiro semestre de 1985 mostrou-se ainda um período extremamente perverso para indústria da construção. O elevado estoque de imóveis à venda (cerca de 200 mil unidades) acumulado nos últimos dois anos continuou sendo escoado muito lentamente. E era mesmo de se esperar, tendo em vista a queda generalizada do poder aquisitivo da população nos últimos anos, o aumento no preço dos imóveis acima da inflação nos últimos meses e o quadro de indefinição sobre a política do BNH no período.



Todos esses fatores vieram afastar qualquer possibilidade de reativação do mercado imobiliário, inviabilizando uma retomada nas construções.

COMÉRCIO INTERNO

Embora no ano passado as vendas do comércio varejista tenham apresentado uma taxa negativa de crescimento, o mesmo não se observa em 1985. Até maio, as vendas foram 10,8% superiores às verificadas no ano anterior.

Contudo a recuperação não atingiu homogeneamente o setor, visto que a expansão das vendas não se deu na mesma intensidade, e alguns ramos do comércio varejista ainda apresentam desempenhos negativos. Cabe destacar, porém, que os ramos concessionários de veículos e materiais de construção reverteram a tendência contracionista verificada no ano de 1984. Até maio, o incremento das vendas foi de 24,5% no primeiro e de 3,5% no segundo.

As vendas do comércio varejista no Estado, no primeiro semestre do ano, apresentaram uma expansão de 0,29%, tomando-se como indicador da atividade a arrecadação do ICM relativo ao setor. Ainda que seja modesto o crescimento verificado, não deixa de ser auspicioso. Em Porto Alegre, as vendas tiveram um acréscimo de 6,79% até o mês de junho. Também na Capital gaúcha, a recuperação não atingiu todos os ramos. No ramo duro, verificou-se um decréscimo de 0,24%, destacando-se, no entanto, o ramo eletrônicos, eletrodomésticos e aparelhos em geral que expandiu suas atividades (7,92%). No ramo mole, ocorreu um acréscimo de 13,23% nas vendas, e em todos os ramos deste segmento verificou-se expansão de suas atividades, exceto no ramo medicamentos. O bom desempenho do comércio varejista no primeiro semestre foi impulsionado pelo abrandamento do arrocho salarial e pela política de controle dos preços por parte do Governo Federal, os quais favoreceram as vendas internas. Contudo deve-se salientar que a recuperação ainda é muito tênue.

**COMÉRCIO
EXTERNO**

Continuando uma tendência de queda já observada desde 1984, os juros externos neste segundo trimestre de 1985 sofreram redução ainda maior, e os reflexos deste fenômeno sobre o balanço de pagamentos brasileiro se deverão fazer sentir principalmente a partir do segundo semestre do ano. Três causas principais e interligadas podem ser apontadas para explicar essa retração nas taxas de juros principalmente em relação à "prime-rate", que é a taxa básica nos Estados Unidos: uma grande absorção de capital externo por esse país, uma política monetária mais flexível praticamente pelo Federal Reserve (FED) — o Banco Central norte-americano — e a queda da inflação nos EUA.

Tendo iniciado o ano de 1985 enfrentando dificuldades para alcançar as metas de superávit propostas, a balança comercial brasileira apresentou alguma recuperação no segundo trimestre do período, embora seu desempenho ainda esteja abaixo do registrado em 1984. Vale salientar, porém, que essa citada recuperação ocorreu apenas em relação ao saldo comercial que, se no primeiro trimestre de 1985 era 14,63% inferior ao observado no mesmo período de 1984, no fim do semestre registra uma queda de 10,41%. Os dados verificados neste primeiro semestre de 1985 indicam queda não só nas importações (-6,25%) como costumava ocorrer até então, mas também um declínio nas vendas externas (-8,33%), confirmando os prognósticos feitos anteriormente de que 1985 seria um ano difícil para a colocação de produtos brasileiros no Exterior.

O ano de 1985 tem sido bastante difícil para a colocação de produtos gaúchos fora do País. Enquanto os produtos básicos (especialmente soja e derivados) vêm enfrentando quedas persistentes em suas cotações externas, o elevado protecionismo e o menor crescimento da economia norte-americana têm dificultado as vendas dos produtos industrializados ao Exterior.

GOVERNO

O desempenho do Tesouro foi positivo nos cinco primeiros meses de 1985, tendo alcançado um superávit de Cr\$ 11,2 trilhões. A receita total cresceu 3,96% em termos reais de janeiro a maio de 1985 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a receita tributária aumentou 9,14%. O Imposto de Renda (IR), que é a mais significativa dessas receitas, subiu 13,24%. Este crescimento deveu-se ao expressivo aumento do IR na fonte em virtude, principalmente, das retenções sobre os ganhos em aplicações financeiras. O recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) continua registrando resultado negativo, com uma queda real de 2,79%. Com relação às despesas do Tesouro, as quais vêm sofrendo contenção desde o início do ano, registraram um declínio de 16,94% no período.

A difícil situação financeira do Estado no primeiro semestre de 1985 não diferiu, em sua essência, daquela existente em períodos anteriores. No entanto o quadro de dificuldades tem-se acentuado com a crescente falta de recursos que tem afligido o Rio Grande do Sul. Examinando-se os dados referentes à receita e à despesa da Administração Direta do Rio Grande do Sul do primeiro semestre de 1985, verifica-se que a primeira decresceu 0,35%, enquanto a segunda aumentou 17,51% em relação a idêntico período do ano anterior.

Volume XIII - Número 3 - Julho/Setembro 1985

AGRICULTURA

Com a proximidade do início do plantio da safra 1985/86, mais uma vez o Governo determinou os valores de crédito e preço que irão nortear os produtores na opção do que e quanto cultivar. De acordo com as diretrizes estabelecidas para a agricultura brasileira pelas autoridades da Nova República, esses valores parecem dar sentido ao que foi preconizado como prioridade econômico-social: o incremento na oferta de alimentos para o mercado interno, a contenção dos preços dos produtos primários no cômputo

dos índices inflacionários e a garantia de uma sustentação real às atividades agrícolas.

Após praticamente cinco anos de arrocho creditício, o Governo volta a promover o crescimento das linhas de crédito. Em contrapartida, contém os níveis dos preços-base com o propósito de evitar a compra da próxima safra, a exemplo do que ocorreu neste ano, quando a CFP se viu obrigada a formar o maior estoque de sua história - cerca de sete milhões de toneladas, representando um gasto da ordem de Cr\$ 11,5 trilhões. Isso porque os preços mínimos estavam situados acima dos preços que vigoravam no mercado, tanto interno como externo, por ocasião da comercialização.

INDÚSTRIA

De janeiro a agosto, a indústria de transformação brasileira apresentou um crescimento de 6,6% comparado com a produção do mesmo período do ano anterior. Este desempenho afasta a hipótese existente no final do segundo trimestre de que a reativação estaria perdendo fôlego, influenciada, principalmente, pelo menor volume das exportações. Isso porque a produção, nos meses de julho e agosto, voltou a crescer significativamente em relação aos mesmos meses de 1984: 9,7% e 7,6% na ordem. Com isso, houve revisão das estimativas quanto ao produto industrial para o ano, que era de 5% ao final do primeiro semestre e passou para 6 a 7% em agosto, segundo o IBGE. Tal tendência reflete o aumento observado na demanda interna que, apesar de esperado, superou todas as expectativas. O aumento dos salários com reposição parcial das perdas sofridas em períodos anteriores, a adoção da trimestralidade em muitas empresas e o aumento do nível de emprego aqueceram o mercado.

A reativação do mercado interno propiciou o incremento da produção de duráveis. Até agosto (últimos doze meses), este setor apresentou uma expansão de 5,44%, e as perspectivas para o final do ano são de que se mantenham

em ascensão. O setor produtor de bens não duráveis apresentou um crescimento de 6,17%, sendo de 7,4% no mês de agosto comparado com o mesmo período do ano anterior.

Mesmo que tenha apresentado o maior crescimento nos últimos doze meses (12,22%), a indústria de bens de capital ainda não recuperou as perdas do período recessivo, estando sua produção média, em 1985, 17% abaixo do nível de 1981. Porém o seu crescimento tem sido estável. O segmento bens intermediários vem perdendo fôlego ao longo dos meses em razão do declínio das exportações que, em 1984, foram responsáveis pela reativação da indústria.

COMÉRCIO EXTERNO

O saldo acumulado da balança comercial brasileira de janeiro a setembro de 1985 alcançou a cifra de US\$ 9,109 bilhões, confirmando os prognósticos de fechar-se o ano com um superávit superior a US\$ 12 bilhões. Apesar de as expectativas indicarem que as metas do superávit previstas no início do ano serão alcançadas, é importante ressaltarem-se as mudanças de tendência na evolução das exportações, especificamente no que se refere aos produtos manufaturados, cujas vendas vinham crescendo até o ano passado, levando uma crença de que o aumento contínuo nas exportações de produtos manufaturados estava consolidado.

Acompanhando o comportamento a nível nacional, as exportações de soja do Rio Grande do Sul, em 1985, sofreram substancial aumento nas quantidades embarcadas, apesar da queda de preços que vem se registrando desde o ano passado.

Tão grande foi a corrida para o mercado externo que, em meados de julho, o Governo decidiu suspender temporariamente as exportações de grãos e óleo de soja, tendo em vista a segurança do abastecimento interno de óleo. Também o setor coureiro-calçadista, que, em 1984, teve um desempenho muito bom de suas exportações, este ano vem enfrentando sérios problemas, principalmente

devido ao acirramento do protecionismo nos Estados Unidos, conforme pode ser observado no texto sobre a indústria de transformação publicado nesta edição.

O ganho dos exportadores no primeiro semestre do ano (quando a inflação alcançou os 74,3%, e a variação cambial foi de 88%) reduziu-se sensivelmente no mês de agosto, quando a inflação saltou para 14%, e a correção cambial de 8,26%.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

As exorbitantes taxas de juros praticadas no mercado financeiro, no primeiro semestre e até meados de agosto, com suas conseqüentes implicações negativas sobre o investimento produtivo e sobre o desempenho global da economia, bem como o acirramento da inflação a partir de julho, culminando com o índice histórico de 14% registrado em agosto, concorreram, ao final deste mês, para a troca de ministros na pasta da Fazenda, significando, o que é o mais importante, uma mudança de enfoque da política econômica, especialmente daquela que norteia a administração do déficit público.

A nova equipe fazendária e os novos dirigentes do Banco Central resgataram a questão dos juros como ponto de partida no tratamento do déficit. Pela nova ótica, a causa maior do endividamento público, em especial da dívida mobiliária, é financeira, ou seja, os juros passaram a ser encarados, principalmente, como origem e não, exclusivamente, como conseqüência do déficit desordenado. Então, de maneira abrangente, a questão resume-se em atacar os juros para controlar o déficit e não ao contrário como na administração anterior. Em 29 de agosto, foi introduzida nova alteração na maneira de determinar a correção monetária. Antes, desde abril último, vinha sendo estimada pela média geométrica da inflação trimestral. Essa fórmula anterior propiciou ganhos reais extraordinários no mercado financeiro no segundo trimestre deste ano, quando a disparidade entre os índices de inflação e a correção favoreceu este último. Porém, quando a relação se inverteu,

a partir de julho, tirou competitividade dos títulos de renda fixa atrelados à correção - cadernetas de poupança, Recibos e Certificados de Depósitos Bancários (RDBs e CDBs) e as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) -, implicando vultosos saques nos depósitos de poupança e crescimento dos juros nominais dos títulos.

GOVERNO

Apesar de as negociações entre o Governo e o FMI terem iniciado no mês de junho, até o final do terceiro trimestre de 1985 não havia sido fechado nenhum acordo. Além do "pacote" editado em julho, quando o Governo determinou cortes de despesas e aumento de receita, o Fundo solicitou uma redução mais significativa do déficit público.

As receitas fiscais cresceram 16,21% no período devido ao excelente desempenho do Imposto de Renda (24,83%), principalmente do imposto recolhido na fonte no mercado financeiro. Pelo lado das despesas, houve contração, tendo as mesmas declinado 1,52%. Os dispêndios que são liberados mensalmente para os Ministérios e outros órgãos, e que representam a maior parcela de despesas, registraram uma queda real de 9,14%.

A mais significativa fonte de recursos do Estado, que é o ICM, vem registrando, desde maio, resultados favoráveis. No período de janeiro a agosto de 1985, o ICM experimentou um crescimento de 12,0% em comparação com o mesmo intervalo do ano anterior. No entanto, cabe ressaltar, que a boa "performance" do ICM não ocorreu somente no Rio Grande do Sul, tendo o crescimento desse imposto, no País, registrado um aumento real de 14,6% nos primeiros oito meses de 1985 em relação a idêntico período do ano anterior, o que parece evidenciar que o ritmo da atividade econômica está se elevando, trazendo algum alento à difícil situação financeira dos estados.

Volume XIII - Número 4 - Outubro/Dezembro 1985

PANORAMA**GERAL**

Certamente a grande maioria dos economistas brasileiros concordaria com o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ao considerar que 1985 foi "um bom ano". Diversos indicadores apontam na mesma direção: elevação dos salários reais, expansão no nível de emprego, saldo considerável na balança comercial (12,45 bilhões de dólares), recuperação da atividade produtiva, com o PIB crescendo entre 7 e 8% no ano. Todavia esses indicadores devem ser contrabalançados com a constatação da presença de um elevado grau de endividamento interno e externo, de juros reais ainda muito altos, assim como uma baixa taxa de formação de capital (investimento/PIB). Voltando a atenção sobre o desempenho da economia no que tange ao crescimento do produto global, estimativas preliminares permitem afirmar que a economia brasileira em 1985 se encontrou com sua taxa histórica de crescimento, que se situa entre 7 e 7,5% ao ano. Com base em dados de janeiro a outubro, a FGV estimou um crescimento do PIB de 7,4%, com a agropecuária crescendo 8,0%, a indústria 7,8% e o comércio 7,9%. Essa taxa global estimada é a maior dos últimos anos, maior, inclusive, que a de 1980 (7,2%), que foi o último ano que apresentou taxas de crescimento expressivas, sendo o melhor desempenho global nos últimos nove anos (em 1976, o PIB cresceu 9,7%). O comportamento da indústria confirma que a economia brasileira encontra-se em plena fase de recuperação.

A economia regional teve, em 1985, um desempenho similar ao da nacional. Em ambos os casos, o ano que ora finda se apresenta, inegavelmente, com o melhor resultado após o período recessivo por que passou a economia brasileira no seu todo.

Diferentemente dos períodos mais recentes, o crescimento da economia em 1985 ocorreu de uma maneira harmônica. Entenda-se por harmônica o fato de todos os setores terem apresentado taxas de crescimento positivas e

revelado as mesmas tendências previstas para a economia nacional.

POLÍTICA ECONÔMICA

Três dias após a posse do novo Governo, uma série de medidas no campo econômico eram tomadas e confirmaram a mudança ocorrida no tom dos discursos, após a eleição de 15 de janeiro. O crescimento acelerado, o combate ao desemprego e os programas sociais de emergência deixaram de ser as grandes prioridades, cedendo lugar à luta contra a inflação. Por trás das medidas de caráter conservador então tomadas, percebe-se claramente o diagnóstico do déficit público como causa maior da inflação. Nesses termos, as medidas marcadamente austeras visavam cortar gastos e ajustar os controles monetário e fiscal.

Na segunda quinzena de agosto, o acirramento das disputas internas entre os ministros da área econômica levou à substituição do Ministro da Fazenda (Francisco Dornelles) assumindo o cargo o Sr. Dilson Funaro. Essa mudança inaugura uma terceira etapa da política econômica no ano de 1985. Em toda a série de medidas, percebem-se as linhas gerais da recuperação das finanças públicas, da política social e de parte das políticas agrícola e industrial. É difícil prever se tais programas vão ser cumpridos à risca.

AGRICULTURA

O desempenho da agricultura do Rio Grande do Sul no ano de 1985 foi, dados os vários aspectos negativos da conjuntura, melhor do que se esperava. Isso porque, em termos de produção real, o setor teve um incremento bastante significativo em relação a 1984. Esse fato fica evidenciado pelo elevado crescimento da produção dos principais produtos da lavoura que tiveram, com exceção do trigo, ganhos de produtividade na safra em questão. Apesar desse desempenho satisfatório, incluindo aqui todos os produtos estudados, a produção agrícola gaúcha de 1985 ainda se situou abaixo do nível alcançado em 1980.

Se analisados os resultados das principais culturas

da lavoura, verifica-se que tanto a produção regional como a nacional apresentaram uma excelente recuperação. No âmbito nacional, por exemplo, a produção de grãos deve ter crescido acima de 10% em relação ao resultado de 1984.

INDÚSTRIA

O ano que finda mantém o crescimento da produção industrial retomado em 1984. Se no ano passado a produção havia atingido um crescimento de 5%, e três gêneros apresentavam retração de suas atividades, um melhor desempenho se observa em 1985. Até outubro, somente a indústria de produtos alimentares apresentava queda na produção, enquanto a indústria de transformação revelava uma expansão de 7,7%.

A reativação da produção industrial no ano de 1984 foi resultante do expressivo desempenho das exportações de manufaturados, beneficiadas pelo crescimento do comércio internacional (8,5%) e, de maneira especial, pela expansão da economia norte-americana (7%), principal compradora dos produtos brasileiros. As previsões feitas no final do ano passado para 1985 eram céticas quanto à repetição dessa "performance", tendo em vista perspectivas mais modestas para os referidos fatores.

Em outubro, o índice de produção mensal do IBGE para a indústria (129,90) superou o recorde anterior, que era o de outubro de 1980 (123,01). Para a indústria de transformação, a taxa anualizada da produção, até o mesmo mês, indica um aumento de 7,5%. O crescimento da atividade industrial verificada em 1985, desse modo, deve ser creditada à recuperação do mercado interno devido ao incremento da massa salarial e à recuperação, ainda que parcial, do emprego. Isso ocorreu em razão da disseminação dos reajustes salariais acima da variação do INPC para a quase totalidade dos assalariados, bem como da prática de reajustes trimestrais para algumas categorias. Com isso, houve reposição parcial do salário real, o que impulsionou o mercado interno. Como exemplo, na indústria

de transformação, nos oito primeiros meses do ano, o salário médio teve um ganho de 8,6% e a massa salarial, de 14,5%.

A indústria de bens de capital, de janeiro a outubro, apresentou um crescimento de 11,4%. Nos oito primeiros meses, a produção de máquinas e ferramentas aumentou 47%; a de máquinas têxteis, 38,8% e a de máquinas para a indústria de plásticos, 63,8%. O gênero de material elétrico e de comunicações apresentou um crescimento de 18,1% até outubro, sendo esse o maior percentual verificado na indústria. Com referência à indústria de bens de consumo não duráveis, o crescimento da produção foi de 6,97%. Parcela expressiva desse aumento deve ser creditada à indústria têxtil que, até outubro, expandiu sua atividade em 13,37%, mesmo com a retração de 16% observada nas exportações. A produção de bens intermediários avançou 6,84% nos 10 primeiros meses do ano.

A produção da indústria de transformação gaúcha, em 1985, apresentou um crescimento de 6,02%, o que combinado com o comportamento do setor de extrativa mineral propiciou uma expansão de 6,1% na renda interna da indústria. Esse desempenho ratifica a retomada da atividade fabril, iniciada em 1984, após três anos de sucessivas retrações. A "performance" da indústria de transformação do Estado foi também impulsionada pela recuperação dos salários e do nível de emprego. Deve-se salientar que o bom desempenho do setor agrícola favoreceu a atividade fabril, notadamente as indústrias mecânica (máquinas agrícolas) e química (defensivos e fertilizantes).

CONSTRUÇÃO CIVIL

A difícil situação em que se encontra a economia brasileira nesta década, apesar da recuperação nos níveis de produção e emprego em alguns setores neste ano, se reflete com grande intensidade na construção civil. O desempenho dessa indústria depende, basicamente, do nível de emprego e de salários e da distribuição da renda da

população. O período recessivo, com achatamento salarial, como o ocorrido principalmente até 1984, reduziu o poder de compra do assalariado, ao mesmo tempo em que diminuiu o nível de produção e de transações na economia. Com resultado do menor ritmo da atividade econômica e da compressão de salários, ao mesmo tempo em que a inflação atingia valores elevadíssimos diminuindo o poder de compra de grande parte da população, reduziu-se a demanda por habitações, a captação de recursos do SFH, a demanda por edificações industriais, comerciais e de serviços, bem como decresceu a demanda por obras de montagem industrial e de construção pesada. Portanto os reflexos nefastos sobre a indústria da construção ocorreram em todos seus subsectores.

O desempenho do mercado imobiliário no Rio Grande do Sul, até outubro do corrente ano, revelou uma queda no nível de estoques, de venda e de produção, enquanto que o preço dos imóveis se elevou acima da inflação.

COMÉRCIO INTERNO

A expansão nas vendas do comércio em 1985 foi sustentada por vários fatores. Entre eles, destaca-se a recuperação dos salários reais que apresentaram uma recomposição progressiva, estimulando, com isso, uma demanda reprimida, gerada pela perda do poder aquisitivo do consumidor, principalmente nos quatro primeiros anos da década de 80. Outro fator que também influenciou positivamente a atividade comercial foi o aumento de nível de emprego na economia que, segundo o IBGE, deverá apresentar em 1985 uma taxa de expansão em torno de 5,7%, o que poderá significar 1,5 milhão de novos empregos. O congelamento das tarifas públicas e o forte controle dos preços industriais por parte do Governo, com a finalidade de combater a inflação, também foram responsáveis pelo crescimento em alguns itens do comércio.

O comércio varejista do Estado, com uma taxa de expansão de 14,76% acumulada de janeiro a outubro, segundo dados do CDL, a exemplo do resto do País,

também apresentou em 1985 um crescimento alentador para o empresariado, revertendo o quadro negativo dos últimos dois anos.

O crescimento do comércio gaúcho foi liderado principalmente pelo ramo mole que atingiu 17,75% de janeiro a outubro, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, contra 11,40% do ramo duro.

COMÉRCIO EXTERNO

O balanço de pagamentos do Brasil, em 1985, apresentou um saldo positivo estimado em US\$ 700 milhões, com um déficit em transações correntes de US\$ 700 milhões, quando no início do ano de 1985 se previa um superávit de US\$ 100 milhões para o balanço de pagamentos e um saldo deficitário em contas correntes de US\$ 3 bilhões. Vários fatores contribuíram para esse melhor desempenho das contas externas em 1985, destacando-se queda nas importações graças, sobretudo, à redução dos gastos realizados com petróleo tanto em função de uma redução na quantidade importada como também devido às menores cotações alcançadas pelo produto no mercado internacional. Essa queda nas importações levou a um superávit na balança comercial superior a US\$ 12 bilhões, apesar de as exportações terem apresentado uma variação negativa em relação ao ano de 1984, depois de vários anos consecutivos de resultados positivos.

Diferentemente de 1984 - quando as exportações brasileiras dispararam apresentando um crescimento de 23,3% sobre o ano de 1983 -, em 1985, as vendas externas do País registraram uma queda de 6,4% até o final de novembro, confirmando os prognósticos feitos no início do ano de que 1985 seria um ano difícil para a colocação de produtos brasileiros no Exterior.

Vários fatores contribuíram para dificultar as vendas externas do País, cabendo destaque o aumento do protecionismo, a retração da economia norte-americana, a continuada estagnação da economia européia, a valorização do dólar e a diminuição das compras dos países endividados. Afora isso, a queda de preços, principalmente

das "commodities" (produtos primários), também serviu de agravante para a obtenção de receitas no Exterior.

Já as importações, apesar da queda registrada em seus valores globais, apresentaram um comportamento diverso daquele que vinha sendo registrado em anos anteriores, pois, à exceção do petróleo, os demais itens que compõem a pauta apresentaram variação positiva em 1985. Esse crescimento nas importações reflete a recuperação da economia do País, uma vez que a sua pauta é composta, em boa parte, por peças de reposição, materiais e componentes para a indústria, além de matérias-primas.

Acompanhando a tendência a nível nacional, que em 1985 apresentou variações negativas para as exportações, o Rio Grande do Sul também registrou quedas em seus valores de exportação no período. Enquanto a nível de Brasil a variação acumulada de janeiro a setembro de 1985 em relação a igual período de 1984 foi de -7,68%, para o Estado a mesma alcançou um percentual de -11,19%. O pior desempenho coube aos produtos semimanufaturados.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O clima de expectativa e de instabilidade que predominou nos primeiros meses do ano até março, quando se deu a mudança de Governo, acompanhado pelos imprevistos trágicos de agonia e morte do presidente eleito, refletiu-se no mercado financeiro pela inversão das tendências no quadro das aplicações com relação ao do final do ano anterior. Em 1984, o expoente na rentabilidade dos papéis foi a remuneração das ações, as quais acabaram sendo, também em 1985, a melhor aplicação financeira do ano, embora, no primeiro trimestre, tenham causado prejuízo aos seus portadores. O ouro nesses primeiros meses, ao contrário do final do ano anterior, acusou uma recuperação vertiginosa em suas cotações, em razão da forte pressão da procura pelo metal, aplicação de risco bem típica do período de incertezas vivenciado então, frente a iminente mudança nos rumos da política econômica.

Outro evento grave ocorrido em novembro, de fortes

repercussões no setor financeiro, foi a quebra de duas instituições de porte e de uma terceira de importância regional. Em 19 de novembro, o BACEN decretou a execução extrajudicial dos bancos COMIND, Auxiliar e Maisonnave, este último sediado no estado. Afora os efeitos causados em razão dos prejuízos aos credores e detentores de ações de instituições financeiras, o fato foi particularmente relevante porque indicou outra mudança de atitude do Governo. Numa ação rápida e eficaz, este promoveu a liquidação dos três bancos sem proceder às onerosas intervenções do passado, como foi o caso do Banco Sulbrasileiro no início do ano que resultou na criação, em maio, do banco estatal Meridional do Brasil S/A, com a integralização de CR\$ 900 bilhões através de recursos do orçamento fiscal, o que deu margem a muita polêmica.

GOVERNO

O Tesouro acumulou um superávit de caixa de Cr\$ 20,06 trilhões que foram repassados para o orçamento monetário. Através da análise da receita efetiva da União, pode-se concluir que houve um acréscimo real de 14,72% de janeiro a outubro de 1985, em comparação com igual período de 1984, tendo a receita tributária apresentando um aumento de 23,50%, refletindo um desempenho positivo da maioria dos impostos federais. O IR, principal fonte de recursos próprios do Tesouro, obteve um expressivo crescimento real (36,04%) comparativamente a idêntico período de 1984. Provavelmente, entre as causas que mais contribuíram para tanto, estão a expansão da economia e as alterações implantadas na legislação do tributo. A arrecadação do IPI obteve um ganho real de 19,51% em relação a semelhante período de 1984. Pelo lado dos dispêndios públicos, apesar da contenção efetuada pelo Decreto-Lei no 2.276, de 18.03.85, que determinava um corte de 10%, a despesa aumentou 4,22% de janeiro a outubro de 1985 em comparação a idêntico período de 1984. Os recursos repassados aos estados e municípios através dos fundos de participação refletiram um incremento

real de 39,12%. Atualmente, os estados e municípios contam com uma maior participação nos recolhimentos do IR e do IPI, a qual passou de 28% em 1983 para 32% em 1984.

As receitas da Administração Direta do Rio Grande do Sul tiveram um aumento real de 12,11% em relação ao mesmo período do ano anterior, acumulando até novembro de 1985 Cr\$ 7,4 trilhões. Uma análise das despesas da Administração Direta do Rio Grande do Sul indica que houve um aumento real de 28,50% no período de janeiro a novembro de 1985, em relação ao mesmo período do ano anterior, chegando a Cr\$ 9,0 trilhões.

Volume XIV - Número 1 - Janeiro/Março 1986

PLANO CRUZADO (ALGUMAS OPINIÕES)

A economia política do cruzado

Quando tratamos de discutir um "pacote" econômico como este de fevereiro, temos que apreendê-lo não apenas na sua explicação interna, nos seus móveis imediatos, mas temos a obrigação de inseri-lo num movimento histórico. E o que sentimos e intuímos está claro: o Brasil desvencilhou-se de uma etapa e atravessa o porto de uma nova trajetória. Compreendemos os propósitos - fortalecimento do poder financeiro do Estado, estabilização monetária, estratégia preparatória para um programa de investimentos, etc. - desde que possamos tomar o ponto de vista da racionalidade social que amarra os movimentos econômicos e políticos deste e do "pacote" anterior. Está em marcha uma nova etapa da monopolização no Brasil. E ela tem um sentido e uma direção: efetuar uma maior integração entre a economia brasileira e a economia mundial. Busca, de um lado, renovar e avançar os setores tecnológicos tradicionais já instalados na nossa estrutura produtiva e, de outro, absorver as grandes mutações da nova onda tecnológica mundial. Digamos que o capitalismo tardio no País vai atingir um outro patamar de sua organização, dos seus métodos de produção, de sua produtividade.

O Plano de Estabilização da Nova República

A adesão dos economistas da UNICAMP ao "pacote" econômico não deixa de ser paradoxal. Em termos acadêmicos, existem apenas duas alternativas, ou demonstram que o modelo de inflação inercial é compatível com o corpo de sua análise teórica (o que não acreditamos ser possível) ou então eles terão que reconhecer a inadequação de seus modelos de interpretação da realidade brasileira que construíram ao longo dos anos. Nesse caso, estamos de fato afirmando que os economistas do PMDB que aderiram ao "pacote" da reforma monetária necessitam justificar, em termos teóricos e acadêmicos, as razões dessa mudança de interpretação.

O "pacote" deflacionário

O "pacote" deflacionário faz, mais uma vez, a contenção dos salários; não esclarece o papel dos investimentos públicos e, ao contrário, indiscriminadamente, cria problemas às principais empresas estatais, preparando, assim, a sua privatização (nacional e estrangeira); ataca parcialmente os escandalosos ganhos da intermediação financeira sem, contudo, controlar o preço (a taxa de juros) de sua mercadoria-padrão e, em compensação, cria-lhes novas fontes de recursos; dá condições privilegiadas para o fortalecimento dos lucros industriais e assegura o pagamento dos credores externos; enfim, procura uma nova ordem no mercado, gerando as premissas necessárias ao funcionamento do capitalismo financeiro, tendo como força hegemônica o seu segmento industrial.

Do Dia D ao drama da distribuição

O "pacote" não se direciona precipuamente ao setor real da economia. Contempla fundamentalmente, isto sim, seu lado monetário, o que não significa dizer que o temido monetarismo esteja de volta; ao contrário, é visível seu fracasso na condução da política econômica em economias

indexadas. Ao partir do diagnóstico de que a inflação brasileira tem na inflação do passado (inércia inflacionária) sua principal componente, o choque heterodoxo consistiu em congelar três dos quatro "preços básicos" da economia: a taxa de salários, a taxa de câmbio e os preços de todos os bens e serviços levados ao mercado. De certo modo, essas medidas retiram do "pacote" boa parte dos fundamentos do sistema keynesiano, uma vez que, ao invés de privilegiarem as políticas monetárias e fiscais para controlar a demanda agregada, é adotada a chamada "política de rendas e de preços". Segundo técnicos do próprio Governo, o Plano de Estabilização Econômica não se propõe a atuar diretamente sobre a distribuição da renda, reconhecidamente o mais tradicional problema econômico do País. Não obstante, o elenco de medidas neles enfileiradas apresenta conseqüências discerníveis sobre ela.

O "pacote" e as perspectivas para a questão salarial

O Plano de Estabilização Econômica, implantado no País em 28 de fevereiro de 1986, amparado em um diagnóstico de inflação inercial, teve nas suas implicações salariais um dos pontos mais polêmicos. Assim, apesar de o discurso oficial defender a neutralidade do "pacote" em termos de distribuição da renda, ele "beneficiou" algumas categorias em detrimento de outras, pois, com a nova sistemática, as conquistas previstas para os próximos dissídios prometem ser irrisórias.

De um modo geral, existe um consenso entre a maioria dos economistas críticos do "pacote" econômico de que este acarretou perdas salariais para os trabalhadores no momento de sua implantação, perdas estas que apenas deflações futuras e inflação zero poderão compensar. Entretanto a análise da evolução futura dos salários com base na nova sistemática de reajuste e em hipóteses alternativas de comportamento da inflação (de -1,5% a 2,5% a.m.), apesar de evidenciar a corrosão gradativa do abono concedido, indica uma situação sensivelmente mais

favorável ao trabalhador do que a continuação da sistemática anterior às taxas de inflação então vigentes.

AGRICULTURA

O nível em que foram congelados os preços dos produtos agrícolas da safra de verão a nível de produtor é relevante para a análise do "pacote". A observação da evolução desses preços demonstra que existe, de um modo geral, uma tendência de alta na entressafra, cujo pico costuma ocorrer próximo ao início da colheita da nova safra. Considerando essa tendência e a conjuntura de mercado que vinha se formando nos últimos meses, em função da quebra da safra, é possível pressupor que o momento escolhido para a implementação do "pacote" encontrou os preços agrícolas, muito provavelmente, próximos do seu pico.

Tomando-se as quatro principais lavouras da safra de verão no Rio Grande do Sul (arroz irrigado, feijão, milho e soja), pode-se observar que houve uma pequena reversão, no quadro de perdas, para melhor sobre as estimativas feitas inicialmente, representando uma recuperação de cerca de 750.000t de grãos. Mesmo assim, para a produção da safra 1985/86 está estimada agora uma perda global de cerca de 3.800.000t de grãos, ou seja, *aproximadamente 31%*.

INDÚSTRIA

Em 1985, a indústria de transformação brasileira experimentou um crescimento de 8,34%, segundo os Indicadores do IBGE. A expansão da produção foi liderada pela "performance" da indústria de material elétrico e de comunicações (19,23%) e da de material de transporte (11,63%). Na primeira, destacam-se as vendas de eletrodomésticos em especial espremedores de frutas (29,00%), enceradeiras (25,00%), liquidificadores (20,80%), cafeteiras (20,70%). No segmento eletrônico-domésticos, as vendas de fonógrafos, combinados de mesa e consoles (19,00%) e televisores em cores (24,50%) foram as que mais se expandiram, conforme levantamento feito pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

O Plano de Estabilização Econômica apresentado ao público no final de fevereiro introduziu expectativas favoráveis à economia e, ao mesmo tempo, mudanças profundas nas análises e no planejamento do Setor Secundário. Em primeiro lugar, observa-se alteração na gestão dos negócios, onde a importância do setor financeiro das empresas cederá lugar à dos setores de produção e planejamento. Em segundo lugar, o estancamento da especulação, caso se mantenha, representará a "extrema-ção" para empresas em posição desvantajosa (tecnológica e de mercado) que anteriormente sobreviviam pela aplicação no mercado financeiro.

COMÉRCIO INTERNO

O comércio varejista brasileiro teve, em 1985, o seu melhor desempenho desde 1980, fechando o ano com um crescimento real em torno de 20%. O setor que maior crescimento apresentou foi o de bens de consumo duráveis, onde as concessionárias de veículos se destacaram, registrando uma evolução acumulada de 47,1% em relação ao ano anterior. No setor de bens de consumo não duráveis, o destaque foi para o ramo tecidos, com uma variação acumulada de 32,0%, seguido por calçados, com 26,3%. Além do crescimento do nível de emprego, a expansão do comércio no ano passado pode ser atribuída à melhora do poder aquisitivo dos assalariados, ao baixo rendimento das cadernetas de poupança em relação ao nível geral de preços em determinados meses de 1985 e à própria inflação que gerou compras antecipadas devido à expectativa de sua evolução futura.

No Estado, os resultados relativos ao desempenho do comércio varejista em 1985 também foram favoráveis. A arrecadação do ICM do comércio varejista - indicador do nível de atividade do Estado - apresentou um crescimento real de 6,3% em relação ao ano anterior.

COMÉRCIO EXTERNO

Como se vê, três importantes itens do programa de controle à inflação decretado pelo Governo - a queda nos

salários, o congelamento do câmbio e ainda os 60% da taxa de inflação na época do dissídio das categorias ao invés do reajuste pleno - podem estar diretamente ligados à negociação da dívida externa, embora não tenham havido referências explícitas por parte das autoridades econômicas que em vários momentos chegaram a afirmar que o "pacote" era neutro em relação ao problema do endividamento do País no Exterior.

No que se refere à área cambial, o congelamento interno do preço do dólar teoricamente poderia levar a um desestímulo às exportações. Ocorre, porém, que os exportadores de produtos industriais, em 1985, se beneficiaram de ganhos cambiais, tendo em vista que os reajustes do cruzeiro em relação à moeda dos EUA se davam pela taxa de inflação interna, e os preços agrícolas nesse período tiveram elevações substanciais, sendo os maiores responsáveis pelo crescimento dos preços.

O congelamento do câmbio também veio beneficiar diretamente as empresas endividadas no Exterior, seja através das amortizações, seja através da remessa dos juros ao Exterior, ao influir na composição dos custos dessas empresas. Mas não só as empresas endividadas levarão vantagens com o congelamento cambial. Também o Governo irá beneficiar-se, principalmente no que tange à rolagem da dívida externa.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Dentre as medidas da reforma monetária que criou o novo padrão monetário - o cruzado -, a que mais afetou o sistema financeiro, indubitavelmente, foi a extinção da correção monetária. E isso, pode se dizer, tem efeito até mesmo traumático sobre o sistema, não apenas em razão da perda de rentabilidade que essa medida ocasionou, mas, também, pela mudança que ela enseja sobre o modo de operar do sistema financeiro nestes últimos 20 anos. Nesse sentido, diz-se que o "pacote" implicou perdas ao sistema. Os bancos acusarão substancial queda de rentabilidade por estarem impossibilitados de gerar receitas através da correção monetária, girando com

uma massa de recursos que provém, principalmente, dos depósitos à vista, aqueles sem custo de aplicação.

De maneira abrangente, destacam-se duas implicações imediatas para o ajuste do setor bancário ao novo sistema econômico: ele terá que encolher, no sentido de diminuir custos para compensar a perda de receita, e concentrar mais. Quanto ao primeiro caso, já são evidentes os sintomas através da diminuição de pessoal empregado e a suspensão de implantação de novas agências. Quanto à intensificação do processo de concentração, tudo indica que os bancos deverão realizar fusões ou desmembramentos na formação de bancos múltiplos.

GOVERNO

O Programa de Estabilização Econômica não resolveu os problemas das finanças estaduais, ao contrário, tornou mais evidentes o descompasso entre receita e despesa e o elevado nível de endividamento daí resultante. Entretanto poderá significar uma melhora na atual situação se o setor produtivo da economia continuar investindo, porque a principal fonte de receitas dos estados é o ICM, diretamente ligado à atividade produtiva.

As alterações feitas pelos "pacotes" conduzem ao equilíbrio das contas governamentais através de um maior controle sobre o processo de endividamento. À medida que se liberarem recursos esterilizados na rolagem da dívida, o Governo poderá realizar os necessários e urgentes gastos sociais.

Volume XIV - Número 2 - Abril/Junho 1986

POLÍTICA ECONÔMICA

Estamos vivendo mais uma etapa do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, com a metamorfose e a expansão de sua estrutura produtiva. Mais uma vez, o Estado comanda este processo, seja pelo planejamento da nova etapa, seja porque vai centralizar os recursos do financiamento, seja porque as empresas estatais terão um papel decisivo. Antes de mais nada, há um projeto. O que se

pensa fazer é a reconstrução de uma base material da infraestrutura, onde energia e transporte dão a tônica da intervenção estatal. Podemos, através desse Plano de Metas, ver por que os empresários não investiam após as medidas de dezembro e do Plano Cruzado de fevereiro. Havia esse ponto cego no futuro, essa incerteza estrutural. Agora, com esta nova postura, o Estado abre ao capital privado a possibilidade de uma onda subsequente de investimentos, sobretudo dedicado à implantação e ao desenvolvimento das novas tecnologias e dos novos materiais.

Por outro lado, sabe-se também que há significativa defasagem potencial entre a oferta de infra-estrutura técnica — especialmente no setor de energia e transportes — e a demanda por esses serviços. Essa defasagem, quando comparada com as perspectivas e tendências dos novos investimentos do setor industrial, se constitui em perigoso ponto de estrangulamento para a expansão econômica.

AGRICULTURA

Com um crescimento real de 9,5% aproximadamente em relação à safra passada, os recursos destinados à agricultura neste ano estão a indicar que o Governo pretende seguir a estratégia esboçada no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (IPNDNR), qual seja o de propiciar ao setor condições para que cresça em torno de 5% ao ano no período de 1986-89.

INDÚSTRIA

O segundo trimestre do ano mostrou alguns desdobramentos do setor industrial na sua caminhada rumo à adaptação ao Plano Cruzado. Na área de preços, por exemplo, persistem ainda alguns desacertos em relação à negociação do deflator a ser aplicado sobre os contratos que, até o dia 27 de fevereiro, levam embutida em seus preços finais uma expectativa inflacionária. No que se refere ao nível de atividade, nota-se uma forte expansão quase generalizada, o que coloca a necessidade urgente de novos investimentos seja na esfera pública, especialmente em energia elétrica, seja na privada.

Os meses de abril e maio retomaram o ritmo de crescimento da produção que vinha aquecido desde a metade de 1985 e início de 1986 e que foi parcialmente estancado em março em consequência dos impasses trazidos pelo Plano Cruzado. As taxas de crescimento acumulado de janeiro a abril e de janeiro a maio foram de 11,76 e 11,88%, respectivamente, enquanto a de janeiro a fevereiro foi de 12,37%. É inegável, portanto, o efeito do Plano Cruzado sobre a expansão das vendas e da produção. Pelo lado da demanda, são vários os fatores que explicam essa expansão: aumento da massa salarial; descontos menores do IR na fonte; saques da poupança; efeitos "psicológicos", como satisfação de desejos de consumo reprimidos anteriormente.

COMÉRCIO INTERNO

Em março, último mês do primeiro trimestre e início da vigência das novas medidas, o comércio a nível nacional já mostrava tendências de aquecimento. Segundo dados do Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC), o comércio varejista nacional cresceu nesse mês, em termos reais, 11,1% comparativamente ao mesmo período do ano passado. Em relação a fevereiro, as vendas de março a preços constantes foram 9,3% maiores. No mês seguinte, abril, as vendas no varejo aumentaram 35,7% em relação a idêntico período de 1985, sendo este crescimento liderado pelos bens de consumo não duráveis, onde as vendas de tecidos aumentaram 79,9%; os vestuários, 75%; e os calçados, 52,7%. Acompanhando o desempenho do setor a nível nacional, o comércio gaúcho neste segundo trimestre também apresentou um significativo crescimento.

COMÉRCIO EXTERNO

O primeiro semestre de 1986 continuou apresentando saldos positivos elevados na balança comercial, acompanhando a tendência observada nos últimos dois anos. Até junho, o Brasil havia exportado US\$ 12,282 bilhões, contra US\$ 6,127 bilhões de importações, gerando um saldo de US\$ 6,155 bilhões.

**INTERMEDIÇÃO
FINANCEIRA**

O futuro sucesso do Plano Cruzado quanto ao controle da inflação sem os artificialismos de congelamentos de preços e, também, quanto à sustentação do crescimento econômico pressupõe outras reformas de monta dentro do sistema econômico, tal como a reordenação das finanças públicas e a reforma bancária. Esta, pretendida e alardeada pelas autoridades desde a implantação do Plano de Estabilização Econômica em fevereiro deste ano, até o final do primeiro semestre parece ter perdido o curso, pelo menos no que se refere a uma ampla reforma articulada pelo Estado.

Volume XIV - Número 3 - Julho/Setembro 1986

**POLÍTICA
ECONÔMICA**

No início deste trimestre, ocorreu o que pode ser considerado o primeiro grande ajuste da política econômica depois do Plano de Estabilização Econômica, o Plano de Metas, a ser viabilizado, em parte, pela criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Mas não parou aí a ocorrência de eventos importantes na economia: na área monetária, as autoridades praticaram um "enxugamento" da liquidez através de uma política deliberada de elevação de juros, com o intuito declarado de conter a demanda e de inibir a formação de estoques especulativos. E, para a consolidação da política de juros altos, foram introduzidas alterações significativas na tributação dos ativos financeiros, modificando a estrutura fiscal através de decreto-lei. O futuro mostrará os acertos e alcances das deliberações tomadas para garantir o crescimento da economia e restaurar a confiança no Plano Cruzado, o qual, ao longo dos meses, sofreu alguns abalos.

AGRICULTURA

Aumentar a produção brasileira de grãos — estagnada praticamente há uma década — em torno de 20 milhões de toneladas até o final dos anos 80 é um desafio para os dirigentes da Nova República. É intenção, sobretudo, suprir

o mercado interno com alimentos básicos. Dessa forma, as chamadas culturas de subsistência (arroz, milho, feijão, sorgo e mandioca) tornaram-se as vedetes da agricultura, a partir desta safra de verão.

Tudo indica que a política agrícola para a safra 1986/87 tem no seu bojo a proposta de alterar a matriz produtiva da agricultura brasileira, dando prioridade à diversificação das culturas voltadas ao mercado interno com financiamento integral e preços plurianuais. O retorno do crédito para investimentos, juntamente com a tentativa de auto-suficiência do setor (Cademeta Verde e Fundo Nacional da Agricultura) são outros fatores que reforçam essa intenção. No Sul, entretanto, os produtores acreditam que essa transformação acontecerá mais lentamente, uma vez que grande faixa deles se encontra endividada em virtude da frustração da última safra e, também, descapitalizada.

INDÚSTRIA

O terceiro trimestre do ano teve como destaque: a questão do abastecimento; na área dos preços, a cobrança de ágio; e na de produção, o problema da escassez de insumos, contornado, em parte, com a importação. Os grandes investimentos, por sua vez, ainda não foram definidos na medida desejada. O que já está bastante claro, transcorridos mais de oito meses de vigência do Plano Cruzado e tendo em vista que o controle de preços tende a continuar além das eleições ou mesmo além de março de 1987, é que o Governo deverá assumir o ônus de ajustar vários preços que estavam defasados quando do congelamento, dentre eles, e com peso muito grande, os preços e as tarifas das empresas do setor produtivo estatal, especialmente dos setores energia elétrica e siderúrgica.

O mês de agosto de 1986 em relação ao mesmo mês do ano anterior teve uma taxa de crescimento da produção de 8,22%, enquanto os meses de maio, junho e julho tinham, respectivamente, 10,07%, 13,54% e 11,31% em relação aos mesmos meses de 1985.

A indústria de transformação gaúcha, no primeiro semestre do ano, apresentou uma queda de 5,7% em suas vendas e de 13,4% em suas compras.

COMÉRCIO INTERNO

As vendas do comércio varejista nacional registraram um crescimento real de 23,6% nos sete primeiros meses do ano em relação a igual período do ano passado. O mês de julho registrou aumento real de 27,5%, quando comparado a idêntico período de 1985, sendo que o setor de bens de consumo semiduráveis foi o que apresentou a maior taxa de crescimento de vendas, 41,4% em relação a julho de 1985. Nesse segmento, as vendas de vestuário aumentaram 47,3%; tecidos, 45,7%; e calçados, 35,1%. As vendas do comércio varejista de Porto Alegre registraram, nos oito primeiros meses do ano, um crescimento real acumulado de 30,24%.

GOVERNO

A reativação econômica verificada, principalmente após a implementação do Plano de Estabilização Econômica, tem causado expressivos aumentos nas receitas tributárias. No entanto as despesas têm crescido a um ritmo mais acentuado. Tanto é assim que as estimativas para o déficit público — medido pelas necessidades de financiamento líquido — não se alteraram significativamente, devendo atingir em torno de Cz\$ 146 bilhões, ou 4,2% do PIB.

Volume XIV - Número 4 - Outubro/Dezembro 1986

PANORAMA GERAL

Tomando-se os indicadores preliminares do crescimento da economia nacional em 1986, ter-se-ia que, com exceção do setor agrícola, todos os demais apresentaram taxas de crescimento significativas. A "performance" da indústria nacional, baseada nos indicadores da produção da indústria de transformação, foi altamente positiva, crescendo em 1986, na média, a taxas mais elevadas do que as alcançadas no ano anterior. O Produto agropecuário teve um dos piores desempenhos da história do País, com uma

taxa de crescimento de -7%. No que se refere aos segmentos do setor serviços, as estimativas preliminares indicam, de um modo geral, altas taxas de crescimento, com exceção (o que é inexplicável) da estimativa de crescimento zero no subsetor intermediários financeiros. Com base no acima comentado e nas taxas expostas, foram estimados os valores para o Produto a nível nacional, optando-se pela maior taxa de crescimento global (8,0%).

As estimativas preliminares do desempenho da economia sul-rio-grandense em 1986 em relação ao ano anterior apresentam resultados que podem ser considerados globalmente como bons. A grande exceção fica por conta do setor agropecuário, cujo Produto decresceu de forma preocupante. As taxas de crescimento estimadas para o ano de 1986 são: Agricultura -23,5%; Indústria 9,0%; Serviços 15,5%; Total 7,9%.

POLÍTICA ECONÔMICA

A reforma monetária, instituída pelo Plano de Estabilização Econômica e decretada em 28.02.86, não definiu uma nova política econômica para o País. Contudo, ao promover a desindexação da economia, incentivou a transferência - há muito desejada - de recursos do sistema financeiro para a esfera produtiva. O sucesso do Plano Cruzado dependia da realização de investimentos de modo a manter elevado o ritmo de crescimento da economia.

Em um contexto de expansão econômica, o aumento da massa salarial, decorrente, principalmente, da expansão do emprego, acelerou demasiadamente o consumo que não pôde ser contido, mesmo com a adoção de medidas de restrição ao crédito e de elevação dos preços, o que, aliado ao pequeno volume de investimentos, gerou uma crise de abastecimento. Em consequência, surgem a escassez de produtos, a generalização do ágio e o esgotamento da capacidade ociosa em vários segmentos industriais.

Com o objetivo de reduzir a demanda agregada e de gerar recursos para a realização de investimentos estatais em projetos sociais e de infra-estrutura, o Governo, em julho

do corrente ano, promoveu algumas alterações no Plano Cruzado. Através do "Cruzadinho", foram instituídos os empréstimos compulsórios sobre o álcool, a gasolina e os automóveis e criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Porém o efeito desses empréstimos na redução da demanda foi praticamente nulo, porque atingiu apenas áreas localizadas, não tendo qualquer influência sobre a crise de abastecimento.

Alguns ajustes foram realizados em novembro através do Plano Cruzado II. Com o novo pacote de medidas, as autoridades econômicas pretenderam: reduzir o consumo e "aliviar" as contas públicas por meio de reajustes seletivos de preços e elevação do IPI; atenuar o impacto da inflação corretiva sobre o conjunto de preços da economia através da desindexação; e, com a retração da demanda aliada às novas regras cambiais, recompor o saldo comercial e, assim, criar condições mais favoráveis à renegociação da dívida externa. No entanto o efeito mais imediato dessas medidas foi o aumento de preços devido aos elevados percentuais de reajustes concentrados em poucos produtos.

AGRICULTURA

No setor agrícola, o congelamento dos preços provocou os mais variados efeitos e reações por parte dos agentes econômicos que atuam no setor. Os produtores que esperavam obter preços excepcionais pela safra de verão, já que houve um decréscimo na produção em decorrência da seca, tiveram alterada essa expectativa em virtude da retração da iniciativa privada na comercialização agrícola. Essa retração, que foi fruto, em grande parte, da diminuição da perspectiva de ganhos especulativos, refletiu-se nos preços, contendo-os.

Em meados do ano, um outro conjunto de medidas viria complementar o Plano Cruzado. Nessa época, o Governo editou o Plano de Metas que, para a agricultura, continha todo o arcabouço necessário a uma mudança qualitativa nas atividades do meio rural brasileiro.

O segundo semestre do ano caracterizou-se pelo

acirramento dos problemas até então latentes que se derivavam do congelamento de preços. A crescente pressão dos setores produtores para um realinhamento dos preços finais culminou, inclusive, no desaparecimento de alguns produtos do mercado (como a carne e o leite, por exemplo) e nos maiores volumes de importação de produtos agrícolas que se têm notícias na história do País.

O desempenho recente das cinco principais lavouras de grãos do Rio Grande do Sul (arroz, feijão, milho, soja e trigo) demonstra que a participação gaúcha na área colhida e na produção nacional de quatro destas cinco lavouras decresceu no período de 1970-85. A exceção ficou por conta da lavoura de arroz, que tem demonstrado, nos últimos seis anos, um desempenho crescente tanto em área quanto em produção.

INDÚSTRIA

A indústria de transformação brasileira apresentou expressivo crescimento em 1986. Até o mês de outubro, a produção expandiu-se 12,15% comparada com o mesmo período do ano anterior. Em 12 meses, a indústria de transformação teve um incremento de 12,01%. Em 1985, no mesmo período, as taxas obtidas eram de 7,70 e 7,51% respectivamente. Esse elevado ritmo da atividade fabril reflete, em grande parte, os efeitos do Plano Cruzado. Vale lembrar, entretanto, que o movimento ascendente da produção industrial remonta ao ano de 1984.

No ano de 1985, os efeitos diretos e indiretos das exportações aumentaram os níveis de emprego e da produção de toda a economia. Aliada a isso, a política econômica implementada pelo novo Governo, de cunho "mais liberal", estimulou a recuperação do mercado interno.

Esse quadro propiciava serem feitas previsões otimistas para o ano de 1986, baseadas nas perspectivas favoráveis para o mercado externo, na permanência do crescimento da demanda interna e no saneamento efetuado nas empresas no período de crise que as revitalizaram. Contudo, também se alertava para problemas localizados em alguns setores

industriais que já se encontravam próximos do seus limites de utilização da capacidade instalada. Salientava-se ainda a necessidade de se retomar o nível dos investimentos, passando de 16 para aproximadamente 23% do PIB, como forma de se manter a expansão que vinha se sustentando na ociosidade existente.

Inserida nesse contexto, a implementação do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, trouxe uma nova dinâmica à atividade fabril.

Os efeitos do Plano Cruzado ocorreram de duas maneiras. Pelo lado da demanda, o reajuste simultâneo dos salários elevou a massa salarial. Atrelada a isso e também ao efeito psicológico do congelamento "cívico" dos preços, ocorreu uma "onda consumista" que acabou com os estoques do comércio. A segunda foi a de avaliar as medidas de forma otimista, acreditando na sua manutenção a médio prazo. Com isso, ajustaram-se ao mercado, contratando novos empregados e elevando o potencial produtivo. Assim observou-se uma rápida expansão nos índices de utilização da capacidade instalada, com alguns estrangulamentos da oferta.

A categoria bens de capital apresentou ótimo desempenho no ano de 1986, com uma taxa de crescimento acumulada de 23,22% de janeiro a outubro (22,06% quando medida nos últimos 12 meses até outubro). Outro segmento de expressivo desempenho e que teve sérios problemas de abastecimento foi o de tratores e implementos agrícolas.

A categoria bens intermediários teve um crescimento acumulado nos 10 primeiros meses de 1986 de 9,02. A indústria de bens de consumo duráveis, apesar de ter sofrido alguns percalços logo após a implantação do Plano Cruzado, liderou, como vinha fazendo em anos anteriores, o crescimento da indústria como um todo. Nos 10 primeiros meses do ano, verificou-se um crescimento de 25,30%. No que concerne à indústria de bens de consumo não duráveis, o crescimento da produção acumulada de janeiro até outubro atingiu 9,46%. A indústria de transformação sulina, no terceiro trimestre de 1986, estava operando com 84% de

sua capacidade, enquanto, no mesmo período do ano anterior, operava com 78%.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A indústria da construção civil, face aos desdobramentos ainda ocorridos ao longo do ano de 1985, especialmente a partir de setembro quando se verificou uma pequena recuperação salarial e uma elevação no nível de emprego no País, colocava, para o ano de 1986, perspectivas alentadoras quanto às suas atividades.

COMÉRCIO INTERNO

O comércio varejista nacional, refletindo a "febre" consumista que se verificou no País a partir de março com a implantação do Plano de Estabilização Econômica que congelou os preços praticados em 28 de fevereiro, chega ao final de 1986 com o melhor desempenho dos últimos anos. O crescimento do setor, que em 1983 e 1984 foi negativo, isto é, -7,2% e -5,1%, respectivamente, iniciou sua recuperação em 1985, quando atingiu um incremento real de 18%. Neste ano, a taxa real acumulada - de 24,2% até setembro - já indica uma expansão bem maior do que a verificada em todo o ano passado.

Os seguintes fatores influenciaram o desempenho do comércio em 1986: a redução nas retenções do Imposto de Renda na fonte a partir de janeiro, propiciando um aumento da renda líquida do assalariado; a queda dos juros nominais no crédito direto ao consumidor; a redução dos atrativos das cadernetas de poupança, com o final das altas taxas inflacionárias que davam a ilusão de ganhos elevados através da correção monetária; o efeito psicológico resultante do congelamento dos preços que incentivou o consumidor a antecipar suas compras por não acreditar na sua manutenção por muito tempo; a existência de uma demanda reprimida, fruto dos anos de recessão econômica que aflorou com os preços estabilizados; o crescimento da massa salarial devido ao aumento do nível de emprego e da elevação do salário médio real.

O comércio varejista do Estado registrou uma taxa real

acumulada de 32,43% de janeiro a outubro. O desempenho do comércio gaúcho foi liderado pelo ramo duro (bens de consumo duráveis), com uma taxa real de expansão de 44,71% de janeiro a outubro de 1986 em relação ao mesmo período do ano anterior, contra 21,81% do ramo mole (bens de consumo não duráveis).

COMÉRCIO EXTERNO

Ao contrário do ano de 1985, que apresentou os resultados finais do balanço de pagamentos bastante superiores aos previstos no início do período, o ano de 1986, cujas previsões eram bastante otimistas em janeiro, encerrou-se com resultados abaixo dos esperados. Já em setembro, porém, a realidade era completamente diversa e o resultado final do balanço de pagamentos desabou de um superávit de US\$ 800 milhões previstos em maio para um déficit de US\$ 2.750 milhões.

Como efeito imediato desse mau desempenho do balanço de pagamentos, registrou-se uma queda no nível das reservas internacionais que caíram de US\$ 11,6 bilhões (haveres externos das autoridades monetárias, no conceito de liquidez internacional do FMI) em dezembro de 1985 para US\$ 10,4 bilhões em junho de 1986. Além da queda de ingressos na conta de capital, decorrente da diminuição dos investimentos externos, também a saída de divisas acentuou-se durante o ano de 1986, com um aumento na remessa de lucros e dividendos, além de uma sensível redução no saldo comercial esperado. Outro fator que pesou para o declínio das reservas foi a recente retomada dos pagamentos de uma parcela do principal e juros atrasados de dívidas oficiais no âmbito do Clube de Paris.

De forma idêntica ao ocorrido com as exportações brasileiras, o desempenho das exportações estaduais foi muito fraco, ficando, no período de janeiro a setembro de 1986, 3,88% abaixo das verificadas em igual período do ano anterior.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O Plano Cruzado, através do congelamento de preços, da reforma monetária que implantou a nova moeda - o

cruzado - e da extinção da correção monetária, visou, especialmente, resolver o problema da inflação no seu aspecto inercial. Acredita-se estar nesta questão do combate à inflação via congelamento e extinção do mecanismo de transmissão aos preços, o mérito do Plano e, ao mesmo tempo, a sua limitação. Efetivamente, o controle de preços atuou neste período inicial, no entanto o problema da inflação tem outras raízes de caráter estrutural que acabaram por se manifestar, o que atesta que a própria condução da economia brasileira necessita de outras medidas de caráter mais abrangente não contidas no Plano.

Os "desvios de percurso" em relação à rota proposta inicialmente, no que tange à área financeira, foram detectados pelos aumentos sucessivos na taxa de juros. Todos os preços estiveram congelados durante o ano, menos o custo do dinheiro. Os juros não foram tabelados, mas contidos, especialmente porque as operações de mercado aberto não estavam mais exercendo pressão sobre os mesmos como em anos anteriores. Ressalte-se que o crescimento da dívida mobiliária esteve restringido durante todo o primeiro semestre do ano, e, mesmo que o aumento da colocação de títulos pelo Banco Central nos meses seguintes tenha aumentado, ainda assim, o estoque da dívida ficou bem aquém em relação ao do ano passado. Com isso adianta-se um ponto da análise, ou seja, as explicações para a subida vertiginosa dos juros ocorrida na segunda metade do ano não podem se apoiar no crescimento da dívida interna como fato gerador preponderante.

GOVERNO

A partir do momento em que as contas públicas, sob a ótica do Governo, estavam sob controle, foi editado, em 28.02.86, o Plano de Estabilização Econômica, cujo objetivo primordial era eliminar a inflação inercial, extinguindo a correção monetária e congelando os preços da economia. Esse Plano contava com o equilíbrio das finanças públicas como pressuposto importante para seu sucesso.

Quanto ao déficit público (medido pelas necessidades de financiamento líquido), este foi estimado, inicialmente, pelo Orçamento Geral da União para 1986 em Cr\$ 211 trilhões, e, com o Plano de Estabilização Econômica, efetuou-se para a nova estimativa que, com a conversão para a nova moeda, situou em Cz\$ 143 bilhões, o que equivaleria a um montante superior ao anterior. Dessa forma, a expectativa do déficit ampliou-se e os recursos para financiá-lo (via pacote fiscal de novembro de 1985) reduziram-se.

No entanto, no momento em que se restaura um padrão monetário estável, ocorre um deslocamento da preferência pelo títulos (pelos quais se pagam altos juros) para a nova moeda (cruzado) de custo zero, o que favorece o Governo. Assim, a remotização da economia passou a constituir-se numa importante forma de financiamento do déficit em 1986. Porém, o Governo não poderia financiar a totalidade de seu déficit dessa maneira, uma vez que há limites para a emissão de moeda a fim de não recrudescer o processo inflacionário.

Dessa forma, nos primeiros meses após a implementação do Plano de Estabilização Econômica, observou-se significativa substituição de haveres financeiros indexados por ativos monetário (depósitos à vista e moeda manual).

O efeito desse processo verifica-se na dívida pública, a qual seu estoque de títulos em poder do público foi reduzido em 16,8% no período de janeiro a outubro de 1986.

Quanto às receitas tributárias, os dados até outubro demonstram um crescimento real de 17,58%. O Imposto de Renda obteve um aumento real de 1,45% de janeiro a outubro de 1986, em relação a igual período do ano anterior. Por sua vez, as despesas também se elevaram, apresentando um acréscimo de 58,79% no período de janeiro a outubro. Somente neste último mês, o item outras despesas atingiu Cz\$ 21,5 bilhões.

Volume XV - Número 1 - Janeiro/Março 1987

AGRICULTURA

O realinhamento dos preços dos insumos agrícolas de origem industrial, detonado inicialmente por alguns reajustes decretados com o Plano Cruzado II, e a escalada exarcebada das taxas de juros durante os últimos meses desencadearam marcadas mobilizações de protesto no setor agrícola, neste primeiro trimestre do ano. Os produtores, indignados de certa forma com a "inoperância" do Governo, exigiam o cumprimento das normas legais ditadas pelo Plano de Metas. Isso quer dizer que a promessa de reajuste automático para os preços mínimos toda vez que o Índice de Preços Pagos (IPP) aos agricultores atingisse a marca dos 20%, a exemplo do mecanismo do "gatilho" salarial, não se cumpriu. Esses foram os grandes motivos que, às vésperas de colher uma safra recorde (cerca de 65 milhões de toneladas), reuniram cerca de 25 mil produtores rurais num manifesto nacional em Brasília, no dia 12 de fevereiro último.

Ao longo do primeiro trimestre do ano, foi dado muito destaque ao desempenho da safra de verão do Rio Grande do Sul, havendo até quem a denominasse de "supersafra". Os mais desinformados foram mais longe, creditando a perspectiva da "supersafra" a resposta favorável dos produtores gaúchos ao Plano de Metas para a Agricultura anunciado no 2º semestre de 1986. A análise comparativa da safra 1986/87 com as anteriores, no entanto, revela que a boa safra que se avizinha não se deve a uma resposta direta dos produtores gaúchos aos estímulos de política econômica, nem pode ser classificada como "supersafra".

INDÚSTRIA

A indústria de transformação brasileira apresentou, em 1986, a maior taxa de crescimento da produção na presente década. Essa "performance" refletiu um momento conjuntural muito especial, quando, por um período de meses, prevaleceu o congelamento dos preços. Além disso, e de certa forma como consequência, a elevação do nível de

emprego e a do salário médio sustentaram a expansão do mercado interno, que já vinha se recuperando desde 1985. Assim, no ano de 1986, a produção industrial teve um crescimento de 11,28%, contra 8,35% do ano anterior.

Contudo, o maior ritmo da atividade trouxe consigo problemas para a economia. Após vários anos de arrefecimento dos investimentos, a capacidade produtiva encontrava-se no mesmo patamar do final dos anos 70, e a crise do período 1981-83 aguçou o descompasso das inversões, além de elevar a defasagem tecnológica. A retomada de crescimento a partir de 1984 baseou-se na capacidade ociosa e na relação favorável entre câmbio e preços internos, embora o atraso tecnológico permanecesse. Assim, nos últimos dois anos, os investimentos efetuados direccionaram-se principalmente para a modernização de processos, sem alterar significativamente o volume de produção.

O ano de 1986 marcou a recuperação da taxa de investimentos em relação ao PIB, com 19,6% para um PIB de Cz\$ 3,6 trilhões a preços correntes (investimentos de Cz\$ 704 bilhões). Essa taxa, que andou por volta dos 25% em meados da década de 70, oscilou em torno de 16 a 17% no período recente de 1983 a 1985, e sua elevação a níveis próximos de 23% é um objetivo a ser perseguido no sentido de sustentar as taxas de crescimento previstas pelos planos governamentais até 1990-91.

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul apresentou uma expansão de 13,8% nas vendas e de 14,3% nas compras no primeiro período de 1987. Quanto ao pessoal ocupado, este exibiu também um incremento de 7%, o mesmo ocorrendo com o salário médio total, que experimentou uma expansão de 18,2%.

CONSTRUÇÃO CIVIL

As dificuldades impostas à construção civil nos últimos meses do ano passado reproduziram-se com maior intensidade neste primeiro trimestre de 1987. Entre outros aspectos, contribuíram fundamentalmente para o agravamento das atividades do setor à manutenção das

elevadas taxas de juros, que atraíram com bastante intensidade os investidores ao mercado financeiro, bem como a falta de uma redefinição para o SFH, que, como é de amplo conhecimento, está com a sua capacidade de aportar recursos para sustentar a política habitacional vigente totalmente exaurida, o que determina que o sistema sobreviva apenas nos seus aspectos institucional e formal.

COMÉRCIO INTERNO

O comércio varejista no Brasil registrou em 1986 um crescimento de 26,7% nas suas vendas em comparação com o ano anterior, segundo o Conselho de Desenvolvimento Comercial do Ministério da Indústria e Comércio (CDC/MIC). O melhor desempenho foi o da categoria de bens de consumo semiduráveis, com um aumento de 50,8%; seguido dos bens duráveis, 26,9%; dos materiais de construção, 25,3%; e consumo imediato, com 11%. As causas desse forte crescimento nas vendas em 1986 podem ser buscadas, principalmente, nos efeitos do Plano Cruzado que, ao congelar preços e desindexar a economia, permitiu a canalização de recursos, até então empregados no mercado financeiro, para gastos em consumo. Além disso, contribuíram também o crescimento do nível de emprego, o aumento real dos salários e a existência de um consumo reprimido nos anos anteriores.

As vendas do comércio varejista no Rio Grande do Sul, que apresentaram uma taxa real do crescimento acumulada em 1986 de 33,77%, em relação ao ano de 1985, também, a exemplo das vendas a nível de Brasil, registraram nos dois primeiros meses de 1987 uma expansão a níveis superiores a igual período do ano passado (22,72%).

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Os três primeiros meses do ano foi um período em que o mercado conviveu com taxas extremamente elevadas, extrapolando a tendência de alta do custo do dinheiro delineada já na segunda metade do ano passado. A partir de julho de 1986, as taxas de juros começaram um movimento ascendente, tendo como causas preponderantes

as perspectivas do recrudescimento da inflação ante o próximo descongelamento dos preços e, também, devido à política monetária mais restritiva executada pelo Banco Central a partir de então. As autoridades monetárias passaram a elevar sistematicamente as taxas de curtíssimo prazo das operações de mercado aberto ("overnight"), que são o balizamento para as demais taxas do mercado, com o intuito de conter a demanda aquecida e incentivar a poupança em ativos financeiros. Assim, no início deste ano, estava restaurada a ciranda financeira que existia há um ano atrás e com alguns agravantes: o mercado interno desorganizado, o País atravessando uma crise cambial e a volta da inflação em níveis bem elevados novamente se afigurando com a situação de normalidade.

Um fato marcante no trimestre, na última semana de fevereiro, foi o decreto-lei que instituiu novamente a indexação no sistema econômico. Então, todos os contratos da economia e débitos fiscais ficaram associados formalmente a índices. Para o setor financeiro, o indexador é dado pelo custo do dinheiro no "overnight" em LBC.

A indexação é uma solução paliativa que permite à economia funcionar com a inflação alta, uma forma de administrar o problema das perdas reais dos ativos pela corrosão inflacionária sem resolvê-lo. O sistema, então, adapta-se para conviver com as altas de preços.

GOVERNO

A economia brasileira, após a euforia com o Plano Cruzado, vem sentindo, principalmente a partir de novembro de 1986 (pós-Cruzado), um processo de reversão significativa com altas taxas de inflação e desaceleração econômica. A desordem da economia pós-Cruzado II com a desorganização do mercado interno e, sobretudo, com as elevadas taxas inflacionárias irá refletir-se nas finanças federais este ano. Em 1986, o setor público revelou um resultado favorável, com receitas crescentes e redução do estoque da dívida mobiliária em poder do público em 20,2% reais.

A aceleração inflacionária provoca um processo de desmonetização na economia com a preferência pelas aplicações em papéis. Além do que, aumenta o custo da rolagem da dívida mobiliária que cresce diariamente.

Neste 1º trimestre de 1987, o quadro de dificuldades financeiras do Estado não mostrou melhoras, tendo inclusive se agravado. Ao assumir, o novo Governo do Estado constatou que a situação do endividamento estadual era pior do que a que os dados revelaram até então.

Volume XV - Número 2 - Abril/Junho 1987

PLANO BRESSER
(algumas opiniões)

Plano Cruzado e Bresser: (des)semelhantes?

As crescentes elevações das taxas de juros e a conseqüente explosão das taxas de inflação, que despertaram na economia já no final de 1986, nada mais foram do que formas reiventadas pelo capital para se preservar ante as condições dadas pela própria economia brasileira. O rápido retorno à especulação financeira desenfreada - e a iminência da recessão - é nada mais que a expressão de uma forma de valorização do capital que se viu impossibilitada de se reproduzir nos primeiros meses de vigência do Plano Cruzado. Com isso quer-se dizer que o padrão de acumulação de capital da economia brasileira tem uma certa lógica interna que dificilmente pode ser rompida a curto prazo.

O novo congelamento dos preços

Enfim, este congelamento de preços, por todas as razões já levantadas, está melhor proposto do que o anterior na medida em que eliminou alguns dos erros do seu antecessor. Entretanto, isso não descarta a possibilidade de a economia sofrer alguns percalços inerentes a um processo de "engessamento", pois seguramente é difícil, para não se dizer quase impossível, se achar um dia D em que todos os preços da economia estejam perfeitamente sincronizados.

Além disso, é transparente que o Governo será bastante flexível durante a sua vigência, fato que se deduz não só pelo decreto como pela sua própria ação, autorizando o reajuste de preços para produtos como os derivados do leite, da farinha de trigo e carne entre outros, o que, se por um lado poderá atenuar a ocorrência de possíveis problemas relacionados a desabastecimento, tão evidente no primeiro plano de estabilização, por outro, revela um congelamento que não pretende ser total e sim parcial, diferente, portanto, da inflexibilidade e da rigidez do primeiro choque.

Estado e economia em planos "cruzados": o fim das ilusões keynesianas?

Os Planos "Cruzados" representam novas tentativas de gestão estatal da crise econômica. A crise econômica é também uma crise da política econômica ou uma crise do próprio Estado capitalista. O fracasso do Plano Cruzado e o possível sucesso do Novo Cruzado não revelam tanto erros ou acertos de decisão, mas indicam sobretudo os limites estruturais e políticos em que se move a ação estatal. Os limites estruturais se impõem pela crise econômica, cuja expressão maior a nível de Estado é o seu "descontrolado" endividamento interno e externo. Os limites políticos expressam-se pela correlação de forças a nível de poder.

Nesse sentido, o fracasso do Plano Cruzado e a direção impressa pelo Novo Cruzado atestam a crise do Estado keynesiano e de suas políticas, ou a desilusão na capacidade de um certo controle técnico e de um certo comando do Estado sobre a economia com o objetivo de formular políticas de emprego.

O Plano Bresser e a unificação orçamentária

O Plano Bresser, ao contrário do anterior, realisticamente não persegue a meta da "inflação zero" e estipula uma política fiscal e monetária atuantes, também

prevendo um controle estreito para diminuir os desequilíbrios orçamentários.

O Plano Cruzado I, em sua implantação, partiu da premissa que o déficit público estava sob controle, uma das precondições para a sustentação da estabilização. Haviam sido tomadas providências anteriores - a reforma fiscal/tributária em fins de 1985 que aumentou a carga tributária, implicando a possibilidade de aumento de receita. Por outro lado, o déficit foi encarado como predominantemente financeiro, daí que o próprio congelamento, os juros baixos e a desindexação deveriam corrigi-lo. Dessa forma, o Plano não estabeleceu nenhuma medida para controlá-lo. Outra diferença a salientar é a de que o Plano Bresser contou com a óbvia vantagem da aprendizagem com a experiência recente do Cruzado.

Como conclusão de tudo que foi colocado acima, depreende-se que o Plano Bresser optou por um programa tradicional de combate à inflação, ou seja, são medidas de caráter ortodoxo onde, principalmente, o arrocho salarial, o controle monetário e as providências para diminuir o déficit público enfatizam as diferenças com relação ao Plano Cruzado I. É bem verdade que o congelamento de preços é uma típica medida heterodoxa, mas encaixa-se no programa para evitar o aprofundamento de recessão e da perda salarial e para viabilizar a implantação do próprio programa, dado que, embora consistente, não é um Plano de aceitação popular como o anterior.

Carnes: uma questão não resolvida

As conseqüências e repercussões do congelamento de preços decretado em 28 de fevereiro do ano passado continuam muito marcantes na economia. Assim, o comportamento dos pecuaristas, retendo a produção ou entregando-a somente a preços bem acima do vigente à data do congelamento, além de ter desestabilizado o abastecimento por longos meses, reflete-se até hoje sobre a produção e o abastecimento das carnes substitutas. Tanto a

produção de aves como a de suínos experimentaram durante o Cruzado, em especial no segundo semestre de 1986, um período de franca expansão. Esta expansão decorria, fundamentalmente, da ampliação do mercado para essas carnes advinda da redução da oferta de carne bovina. O descongelamento dos preços no início de 1987, por um lado, e a queda da massa salarial, por outro, reduziram sensivelmente a demanda por todos os tipos de carne.

O choque "Bressertodoxo" e o novo arrocho salarial

Ao se entrar no segundo mês de vigência do "Plano Cruzado III", apesar das tentativas de diferenciá-lo dos anteriores, não há dúvida nenhuma de que estamos no bojo de um mesmo processo, ainda que apresentando alguns aspectos específicos. Tanto o chamado "choque heterodoxo" como o atual (que denominamos de Bressertodoxo") são muito mais ortodoxos do que se pode imaginar. Sob o espetacular manto tecnicista que os acompanhou - no último mais do que no primeiro - configura-se nitidamente o forte posicionamento ideológico de seus autores, e, na verdade, ambos são muito mais conservadores do que reformadores, em especial o plano atual.

AGRICULTURA

O descompasso entre as taxas de inflação e o resultado da atividade agrícola culminou em vultosos gastos públicos no período, tanto em subsídios ao crédito quanto em compras para a formação de estoques governamentais.

Diante da necessidade de o Governo reduzir drasticamente o déficit público, um dos principais componentes inflacionários, e da iminência de renegociar a dívida externa, o Plano Bresser e, por conseguinte, as primeiras determinações para a safra 1987/88 apontam, para o setor agrícola, dois pontos básicos: a extinção do subsídio ao crédito rural e a reorientação para o incentivo à produção de mercado externo.

INDÚSTRIA

A idéia de recessão, que permeou o noticiário econômico durante o primeiro semestre, apresenta-se, na realidade, muito mais como diminuição das taxas de crescimento do que como crescimento negativo. A economia continua crescendo, porém menos que em 1986. Os números que medem o desempenho da produção industrial não haviam refletido, até maio, a queda ocorrida no comércio. As taxas de crescimento da produção, acumuladas ao longo de 1987 (tanto no acumulado do ano quanto no período de 12 meses), mantiveram praticamente o mesmo ritmo de crescimento de 1986, o que por si só já pode ser considerado um bom desempenho, visto que o ano passado foi de expansão da produção impulsionada pelo aquecimento do Plano Cruzado. Logo, a base de comparação para se avaliar o desempenho de 1987 é alta.

O Plano Bresser, porém, propõe-se a interromper a queda das taxas de crescimento do produto industrial ao estancar o crescimento da inflação e dos juros e devolver um pouco de estabilidade ao mercado. Do lado dos salários, depois de um grande confisco definido nas regras de implantação do Plano (em continuação ao movimento anterior em que o gatilho se tornou ineficiente como mecanismo de proteção), a tendência é de ter sua queda amenizada, o que sustenta o mercado consumidor e a produção industrial.

**COMÉRCIO
INTERNO**

As vendas do comércio varejista nacional, de janeiro a abril deste ano, registraram em relação ao mesmo período de 1986, um crescimento real de 1,3%. Comparando-se esse resultado com o crescimento acumulado até março de 1987 que indicou uma taxa positiva de 8,6%, constata-se que o faturamento do setor sofreu uma significativa diminuição no ritmo de crescimento da ordem de 7,3 pontos percentuais. Deve-se ressaltar que, desde janeiro do corrente ano, o movimento das vendas vem registrando no acumulado taxas decrescentes, o que evidencia o contínuo processo de desaceleração da demanda. A perda do poder

aquisitivo foi evidente, e nem mesmo o gatilho salarial conseguiu evitar.

Setorialmente o desempenho do comércio varejista, nos primeiros quatro meses deste ano, mostra que os bens de consumo duráveis apresentaram uma queda de 11,3% em relação ao mesmo período de 1986. Comparando-se esse resultado com a taxa acumulada até março deste ano, que foi de -2,7%. O setor de bens de consumo imediato registrou um aumento de 4,3% nos quatro primeiros meses do ano, frente a igual período do ano passado.

As vendas do comércio varejista em Porto Alegre, nos cinco primeiros meses de 1987 (janeiro a maio), apresentaram em relação ao mesmo período de 1986 uma taxa de crescimento acumulada de -11,64%.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O novo plano para estabilizar a economia, premido pelo agravamento da situação político-econômica do País, foi decretado em 12 de junho, acarretando algumas mudanças no mercado financeiro, mas, também, mantendo algumas regras. A grande alteração foi desvincular a variação da LBC da taxa de inflação para aperfeiçoá-la como instrumento de política monetária ativa. Contudo a LBC permaneceu, ainda, como indexador financeiro. Outras mudanças dizem respeito às novas regras introduzidas para a caderneta de poupança, a qual, entretanto, teve mantidos os rendimentos creditados mensalmente para não restringir a liquidez.

GOVERNO

O 2º trimestre de 1987 foi marcado por significativas mudanças na condução da política econômica, com a edição do Plano Bresser em 12.06.87. Esse plano apresentou entre seus objetivos, afora o congelamento de preços e salários, o de reordenar as finanças públicas. Nesse sentido foram adotadas importantes medidas de caráter estrutural, como a unificação dos orçamentos Geral da União e o Monetário e a retirada da função de fomento do Banco Central. Ocorreu, ainda, redução de gastos do Governo com a eliminação do subsídio ao trigo, o que

promoverá uma contenção de dispêndio, neste ano, de cerca de Cz\$ 12 bilhões. Além disso, foi definido, juntamente, o aumento da receita com o reajuste de preços e tarifas públicas (aço, energia, telefone), tornando-as mais realistas, o que possibilitará decréscimo das transferências de recursos do Tesouro às empresas estatais. Ao mesmo tempo, foram anunciados, também, adiamentos de investimentos de obras que, em grande parte, estavam apenas planejadas e não constavam no orçamento, não se traduzindo, dessa forma, em corte de déficit. Após o Plano Bresser, foi efetuada nova estimativa com uma redução do déficit público de 0,5 ponto percentual, passando de 6,7% do PIB para 6,2%.

A situação das finanças estaduais não se alterou neste 2º trimestre de 1987, continuando a mostrar um quadro deveras preocupante. Ocorreram diversos contatos com as autoridades federais com vistas a solucionar o problema mais premente, que é o de maior concentração da dívida no curto prazo, procurando mudar o perfil da dívida de curto para longo prazo. As soluções apresentadas ainda ficaram muito aquém do pretendido.

A dívida pública que atingia Cz\$ 145 bilhões em 01.05.87 vem crescendo diariamente devido às taxas praticadas no mercado e, até o final de maio, já alcançava Cz\$ 180 bilhões (Administração Direta mais Administração Indireta). A maior parcela da dívida do Rio Grande do Sul é interna (cerca de 88%) e se concentra no curto prazo, sendo o restante externa.

Volume XV - Número 3 - Julho/Setembro 1987

PANORAMA GERAL

A política monetária implementada pelo Governo Federal no primeiro semestre caracterizou-se por um comportamento restritivo, resultando numa queda de 4,9% da base monetária e numa expansão de apenas 5,3% nos

meios de pagamento, em termos nominais.

Em julho, enquanto a base monetária cresceu 28,8% (Cz\$ 49 bilhões), tendo a mais elevada taxa de expansão mensal desde abril de 1986, os meios de pagamento (M1) cresceram 9,5%.

AGRICULTURA

A política de comercialização para a safra 1987/88, que diz respeito à compra e venda de estoques pelo Governo, aprovada pelo CMN, não poderia, obviamente, ter outra direção senão a abertura para a iniciativa privada liderar novamente o processo. No entanto a atuação dos diferentes agentes econômicos no mercado agrícola terá limites colocados pela própria intervenção estatal. A idéia é liberar gradualmente o mercado agrícola com a redução dos subsídios na venda dos estoques até obter uma paridade com os preços mínimos de fevereiro de 1988.

INDÚSTRIA

No terceiro trimestre, as taxas de crescimento da produção acumuladas no ano de 1987, apesar de ainda serem positivas, expressaram nitidamente uma tendência de queda. O mês de julho aparece como um ponto de referência importante nesse processo, pois apresenta uma significativa redução para o total da indústria de transformação e para as diversas categorias de uso, com destaque para bens de capital e bens de consumo duráveis, estes já com taxas negativas de até 6% (em agosto). Ao se verificarem as taxas de crescimento mensais (do mês em comparação com o mesmo mês do ano anterior), o movimento de queda fica ainda mais claro. Os meses de julho e agosto apresentaram taxas negativas de crescimento, o que não ocorria desde março de 1984. Todas as categorias de uso tiveram taxas negativas nesses meses, novamente destacando-se bens de capital (com taxas negativas desde junho e cada vez mais acentuadas) e bens de consumo duráveis, que têm vivido uma situação especial pela perda do poder de compra dos salários e pelo receio dos consumidores de comprometerem seu orçamento futuro

elevados. Assim, os mais variados indicadores mostram o inequívoco final dos "bons tempos" do Plano Cruzado.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Uma das sérias restrições que tem se apresentado para o desenvolvimento das atividades da indústria da construção é a carência de recursos para financiamento da atividade produtiva. Um exame da evolução das fontes de recursos do SFH, no entanto, aponta para o seguinte fato: embora os recursos não existam em abundância, eles seriam suficientes para financiar uma parcela adicional da produção, notando-se distorções na aplicação dos recursos que permanecem girando apenas na esfera financeira, como de resto tem sido a lógica imperante na economia nacional.

COMÉRCIO INTERNO

As vendas realizadas pelo comércio varejista nacional de janeiro a julho do corrente ano, comparadas com igual período de 1986, apresentaram uma queda da ordem de - 10,7% de acordo com dados do Conselho de Desenvolvimento Comercial do Ministério da Indústria e Comércio (MIC/CDC).

A reação das vendas verificada logo após a implantação do Plano Bresser pode ser creditada ao congelamento de preços e à queda nominal dos juros, configurando-se como episódica e conjuntural, não tendo sido suficientemente capaz de reverter o contínuo processo de desaceleração da demanda registrada desde o início do ano.

O comércio varejista do Rio Grande do Sul teve queda em suas vendas nos primeiros oito meses deste ano, desempenho negativo que pode ser constatado pela diminuição da arrecadação do ICM verificada desde abril de 1987. O ICM em agosto registrou um declínio de 22,4%, e o acumulado de janeiro a agosto de 1987 comparado com o de igual período de 1986, de 10,5%.

COMÉRCIO EXTERNO

O volume de recursos transferidos para o Exterior - na forma como se procurou realizar o ajustamento das contas

internacionais - configura fator fortemente determinante do desarranjo interno da economia, conforme aponta o Plano de Controle Macroeconômico (PCM). Enfatiza-se esse aspecto para destacar uma das principais razões que baseiam a tentativa de renegociação da dívida externa. Nessa perspectiva, o resultado das negociações terá influência decisiva na linha de política econômica definida no PCM: poderá confirmá-la ou comprometê-la. Cabe apenas destacar que, para o saneamento das finanças públicas, o plano governamental não conta apenas com redefinições na área externa, incluindo também a necessidade de um esforço interno conjugado no sentido de aumentar receitas e diminuir despesas. Como objetivo geral, o PCM visa rearticular a economia para uma forma estável de crescimento.

Em conseqüência das medidas governamentais efetivadas, verificou-se uma grande recuperação dos saldos comerciais a partir de maio. Relativamente ao saldo de abril, em maio o superávit comercial quase duplicou (US\$ 993 milhões) e quase triplicou em junho, julho e agosto, estabilizando-se no período em torno de US\$ 1,4 bilhão mensal. Conseqüentemente, a estimativa de um saldo de US\$ 8,6 bilhões para 1987, considerada por muitos descabida, já foi revista, com um acréscimo de, no mínimo, mais um bilhão e duzentos milhões de dólares. É de importância destacável o fato de que a vigorosa recuperação dos saldos comerciais foi causada pela retomada das exportações, já que as importações têm apresentado a tendência de se manterem em torno de certo patamar bastante elevado desde o segundo semestre de 1986.

Volume XV - Número 4 - Outubro/Dezembro 1987

PANORAMA GERAL

As conhecidas dificuldades que se apresentaram para as análises do desempenho da economia em 1986 foram ainda aprofundadas no ano de 1987. Tal situação,

naturalmente, ocorreu tanto a nível nacional como estadual. Em fins de 1986 e no início deste ano, predominou o diagnóstico da "inflação de demanda", a qual teria como causa fundamental o pseudo "grande aumento" da massa salarial provocado, sobretudo, pela elevação dos salários reais. Isso estaria estrangulando a capacidade de oferta da economia, situação esta que se agravava em função da paralisação dos investimentos produtivos. Assim, a retomada do processo inflacionário passou a ser creditada, mais uma vez, aos "aumentos desproporcionais" dos salários.

A desaceleração do crescimento econômico e o desenvolvimento da nova fase recessiva, mormente no setor industrial, já estavam perfeitamente delineados a partir de maio de 1987. Foi justamente nessa época que se voltou à aplicação, com toda a ênfase, da terapêutica da recessão como elemento básico no combate à inflação. Essa medida de política econômica é, além de anti-social, tecnicamente ineficiente em relação aos seus objetos teóricos. Assim, como em vezes anteriores, observou-se o desenvolvimento paralelo dos dois fenômenos: recessão, por um lado, e recrudescimento do ritmo de evolução das taxas inflacionárias, por outro.

Dessa maneira, o que se viu ao longo de 1987 - especialmente após o Plano de junho - foi o enquadramento paulatino e constante da política governamental aos parâmetros clássicos da política ortodoxa "a la" receituário do FMI. Inegavelmente, fechamos o ano de 1987 com evidentes sinais de agravamento da crise geral que vive a sociedade brasileira. E não se pode esperar, de sua consciência, que ela não se aprofunde, pelo menos nos primeiros meses do novo ano de 1988.

POLÍTICA ECONÔMICA

O ano de 1987 foi marcado por uma verdadeira corrida por recomposição e aumento das margens de lucro, não só pelo fato de a economia ter passado por dois períodos de

descongelamento de preços, como também pelo temor de um novo choque. Embora o Plano Bresser tenha instituído para o período de flexibilização uma nova regra de reajustes através da URP, que pretendia disciplinar e reduzir a magnitude das correções, o que se verificou na prática foi o descrédito da URP, uma vez que o próprio Governo, a partir de agosto, estabelecia um teto de 10% para os aumentos. Após uma rápida trégua, os preços voltaram a pressionar os índices, com as taxas de inflação atingindo percentuais elevados no ano em análise - o Índice Geral de Preços (IGP), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), alcançou a taxa de 415,83%, contra os 365,96% registrados pelo IPC, medido pelo IBGE.

Ao fim de 1987, a economia brasileira volta a apresentar as características alarmantes que se verificavam antes da implementação do Plano Bresser. A aceleração das taxas de inflação a partir de outubro coloca a economia no caminho da hiperinflação, que é agravada pela "onda" de reajustes preventivos de preços gerada pelo temor de um novo congelamento. Com exceção da balança comercial, a conjuntura econômica apresenta-se fortemente recessiva, com queda no nível de atividade no comércio e na indústria. O ano de 1987 mostrou-se bastante adverso para a população trabalhadora. Desde o seu início, os níveis absolutos de emprego começaram a regredir, sendo que os efeitos da desaceleração das atividades produtivas não se expressaram apenas na evolução do emprego e nas taxas de desemprego, mas, também, no agravamento das condições de vida e de trabalho daqueles indivíduos que se mantiveram ocupados, ainda que, muitas vezes, subutilizados em sua força de trabalho.

Considerando-se o período de janeiro a agosto nos três últimos anos, verifica-se que, enquanto os acréscimos no nível de emprego em 1985 e em 1986 foram de, respectivamente, 2,97% e 4,08% (tomando como base dezembro do ano imediatamente anterior), em 1987 esse acréscimo é de apenas 0,40%.

Em 1987, a política monetária apresentou um caráter fortemente contracionista, principalmente no primeiro semestre, prosseguindo, assim, numa trajetória iniciada no segundo semestre de 1986, quando o Governo, passados os primeiros meses do Plano Cruzado, diagnosticando um excesso de liquidez na economia, em função da sua monetarização iniciou a adoção de medidas restritivas à oferta de moeda. Essa situação transparece quando verificamos que, em 12 meses até junho de 1986, os meios de pagamento (M1) cresceram 655% e a base monetária se expandiu 576,2%. Já em dezembro de 1986, esse acumulado registrou uma variação para os meios de pagamento de 303,8% e para a base monetária de 293,4%.

Nos primeiros meses de 1987, a execução da política monetária foi influenciada pelo intenso processo de desmonetarização decorrente da readaptação da liquidez aos níveis elevados de inflação. Em busca de proteção contra a depreciação inflacionária, boa parte dos ativos monetários foram realocados em substitutos (caderneta de poupança e "overnight" principalmente). É possível identificar esse fato ao se analisar o período de janeiro a maio de 1987, quando os depósitos à vista decresceram 24,2% e a oferta de moeda em conceitos mais amplos, M2, M3 e M4, apresentou variações positivas de 11,4%; 53,8%; e 82,9% respectivamente no mesmo período. As repercussões disso refletiram-se no comportamento dos agregados monetários que apresentaram acentuada desaceleração na evolução em 12 meses, registrando os meios de pagamento, em maio de 1987, uma expansão de 25,5%; e a base monetária, de 69,3%.

Em junho, com a edição do Plano Bresser, houve uma pequena remonetarização da economia, fruto do declínio da inflação, em decorrência do congelamento de salários e do relativo congelamento de preços. Porém, ao contrário do ocorrido em 1986, a política de taxas de juros reais positivas atenuou o processo de substituição de haveres não monetários. O saldo dos meios de pagamento (M1), nesse

mês, apresentou uma expansão de 31,5%, ocasionando reversão na tendência decrescente desse agregado monetário na sua variação em 12 meses, a qual passou de 25,5% em maio para 42,5% em junho.

AGRICULTURA

Em um ano caracterizado por pouco dinamismo da atividade econômica em geral, a agricultura no Rio Grande do Sul teve, em 1987, um excelente desempenho, apresentando, de acordo com as estimativas preliminares, um crescimento de 33% no nível do seu produto. Esta ótima "performance", todavia, decorre principalmente da comparação com 1986, quando o setor teve um péssimo desempenho: taxa negativa de 27,7%. Tomando-se o ano de 1985 como referência, quando atingiu o maior nível na década, o produto agrícola em 1987 é ainda cerca de 4% menor.

O desempenho da agricultura pode ser melhor compreendido se examinarmos o comportamento do valor da produção dos principais produtos e de seus componentes: lavoura e produtos de origem animal. O crescimento da produção global foi de 21,3%, o da lavoura foi de 26,4% e o da produção de origem animal, 8,3%, resultados estes que foram consequência das boas condições climáticas verificadas no Estado. A nível de produtos, destacam-se os crescimentos da produção de milho (99,9%), soja (52,8%) e arroz (19,2%) e o crescimento negativo do trigo (-21,2%), produtos estes responsáveis por cerca de 85% do valor da produção da lavoura. Quanto aos produtos de origem animal, destacam-se as aves (16,1%), os suínos (11,8%), o leite (5,0%) e os ovos (12,9%).

INDÚSTRIA

Após o vigoroso crescimento do produto em 1986, a Indústria de transformação brasileira apresentou, em 1987, desaceleração de sua atividade, tendo uma expansão de 0,5% somente. Uma das razões que justificam esse desempenho modesto refere-se à base de comparação - 1986 -, que, devido ao elevado nível do produto alcançado,

"prejudicou" o cotejo. O produto de 1986 é de 32% maior do que o de 1977, e o produto "per capita", 8%, próximo do nível de 1979. Caso as estimativas para o produto de 1987 se confirmem, isto representará um decréscimo no índice "per capita", ficando equivalente ao índice médio dos anos 1978-79.

A indústria de transformação gaúcha apresentou, em 1987, um desempenho inferior ao observado no País, com um crescimento negativo de 0,4%, enquanto a taxa nacional foi de 0,5%. Ao se utilizar a variável vendas apurada pela **Sondagem Conjuntural**, constata-se que, no período de janeiro a setembro deste ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, houve um declínio de 0,85%. Esse modesto desempenho refletiu as quedas no segmento de bens de consumo e no de material de construção. Por sua vez, os segmentos produtores de bens de capital e de consumo intermediário tiveram crescimento. A taxa de investimento, dada pela relação investimento/PIB, que chegou em 1986 a 20,5% (quando medida a preços correntes), foi recebida com entusiasmo no início de 1987, pois representava a volta - ou, pelo menos, a proximidade - do patamar alto dos anos 70 e, mais, representava uma taxa coerente com o crescimento do produto projetado pelos planos oficiais. Assim, deixavam-se para trás os níveis baixos de 16 a 17% dos anos recentes de 1983, 1984 e 1985. Porém, dada a turbulência política e econômica do ano de 1987, essa taxa não se sustentou, e estima-se sua volta aos patamares baixos. A própria taxa de 20,5% em 1986 teve como componente um fator "artificial", que foi a poupança externa de aproximadamente 1,5% do PIB, representada pelo déficit em conta corrente do balanço de pagamentos financiado com a "queima" de reservas cambiais.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A indústria da construção civil vem enfrentando, por toda a década de 80, um período de adversidades extremamente agudo. As dificuldades vivenciadas há vários

anos vêm comprometendo sobremaneira o desempenho desse segmento da economia, a tal ponto que pode-se afirmar que esta década ficará marcada como um período de completa estagnação.

As estimativas do Produto Interno Bruto da indústria da construção no Rio Grande do Sul mostram claramente o processo acima descrito. No período 1976-80, a taxa média de crescimento foi de 8,5% ao ano e, no quinquênio 1980-85, de -2,3%. Em vista desse comportamento, a participação da construção civil no PIB estadual caiu de 3,7% em 1980 para 2,7% em 1985. Em 1986, favorecido pelas benesses do Plano Cruzado, o setor experimentou um crescimento de 12,3%. No entanto, já no ano de 1987, as estimativas preliminares indicam uma queda de 4,7%. Não obstante o decréscimo estimado no PIB da construção civil no ano de 1987, alguns indicadores usualmente utilizados para medir o seu desempenho apontam, na melhor das hipóteses, uma produção semelhante a do ano anterior.

COMÉRCIO EXTERNO

Em 1986, face a circunstâncias conjunturais internas, a capacidade de gerar superávits comerciais comprometeu-se significativamente, de forma que o saldo da balança comercial caiu 33% em relação ao ano anterior.

A partir do Cruzado II, momento no qual foi realizada uma desvalorização cambial de 1,8%, o Governo retomou a prática das desvalorizações diárias. Como já se afirmou, a evolução anterior do câmbio vinha sendo acompanhada com desconfiança pelos exportadores que passaram a manter expectativas de uma maxidesvalorização. A despeito desse fato e da retomada das desvalorizações diárias, constata-se pequena valorização cambial nos meses de dezembro de 1986 e janeiro de 1987; o Índice real da taxa de câmbio, que era de 96,6 em novembro, cai para 92,4 em dezembro e 90,9 em janeiro, evidenciando um movimento de sobrevalorização do cruzado em relação ao dólar. Provavelmente em função dessa circunstância problemática e com o intuito de operacionalizar sua solução, desde

janeiro o Governo retomou o uso da regra de desvalorização cambial vigente antes do Cruzado I.

Focalizando a observação no índice da taxa de câmbio real, percebe-se que, entre 1985 e setembro de 1987, houve uma tendência clara de valorização da moeda nacional frente ao dólar. Esse fato não é contrariado sequer pelas minidesvalorizações ocorridas em início de maio (de 7,5%) e em 12 de junho (de 9,5%). Entretanto isso não impediu que as exportações passassem a desenvolver vigoroso processo de recuperação, principalmente desde maio. Elas subiram de US\$ 1.259 milhões em janeiro para US\$ 2,541 milhões em junho, enquanto as importações permaneceram oscilando em torno de uma média relativamente alta de US\$ 1.196 milhões. A recuperação dos saldos mensais da balança comercial se efetivou principalmente pela vigorosa reação das exportações. Como resultado do intercâmbio comercial do Brasil com o Exterior, assistiu-se a uma vigorosa recuperação dos saldos da balança comercial desde maio.

GOVERNO

A situação das finanças públicas em 1987 não se mostrou muito alentadora. O recrudescimento da inflação acompanhado da desaceleração das atividades econômicas repercutiram negativamente no desempenho do setor público. Os primeiros meses de 1987 registraram um comportamento positivo com relação aos tributos, refletindo, ainda, o bom resultado de 1986. No entanto a taxa de inflação estava elevada, e, pelas estimativas do Governo, o déficit público poderia atingir 6,7% do PIB até o final de 1987 contra 3,7% do PIB em 1986. Com a economia desorganizada e diante dessa estimativa para o déficit, foi editado, em junho de 1987, o Plano Bresser que, além do congelamento de preços e salários por três meses, apresentava entre seus objetivos o reordenamento das finanças públicas.

Após a divulgação do Plano Bresser, foi efetuada nova estimativa para o déficit público em 1987, passando de 6,7%

para 6,2% do PIB. Este decréscimo resultaria, segundo o Governo, da queda dos subsídios implícitos ao crédito rural e da redução relativa dos encargos da dívida pública. Todavia o objetivo do Governo era reduzir o déficit público para 3,5% do PIB até o final de 1987. Essa estimativa constava no Plano de Controle Macroeconômico editado em julho, que abrangia as variáveis mais importantes na formulação da política econômica.

No entanto, em novembro, o Governo, com base em novas informações, reprogramou as metas do déficit, reestimando-o em Cz\$ 573,4 bilhões, equivalendo a 4,9% do PIB, o que representa um acréscimo de 1,4% do PIB em relação à estimativa inicial. O principal responsável pela alteração foi o déficit das empresas estatais que estava previsto em Cz\$ 70,8 bilhões - 0,6% do PIB - e foi reavaliado para Cz\$ 221,5 bilhões, correspondendo a 1,9% do PIB.

O atual Governo do Rio Grande do Sul, ao assumir em 15.03.87, encontrou uma dívida pública total de Cz\$ 111 bilhões com a maior parcela concentrada no curto prazo (Cz\$ 60 bilhões), sendo que 88% da dívida é de origem interna e o restante, 12%, externa. Tentando minimizar essa situação e com a intenção de promover o saneamento das finanças estaduais, este Governo elaborou um documento evidenciando a real situação do Estado, onde solicitava recursos ao Governo Federal de Cz\$ 25,1 bilhões: uma parcela de Cz\$ 12,6 bilhões a fundo perdido para compensar perdas tributárias e outra de Cz\$ 12,5 bilhões em linhas de crédito para financiamento da dívida pública com a finalidade de mudar o seu perfil.

Volume XVI - Número 1 - Janeiro/Março 1988

PANORAMA GERAL

O fraco desempenho de 1987 revelou novamente a instabilidade por que passa a economia brasileira nesta década. Isso se caracteriza pela acentuada oscilação nas taxas de crescimento do PIB, pela crescente ascensão dos